



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SANDRO MARCELO DO ROSÁRIO HILÁRIO

A Bolsa-Auxílio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na percepção
dos alunos do Município de Belford Roxo -RJ

Rio de Janeiro
2012

SANDRO MARCELO DO ROSÁRIO HILÁRIO

A Bolsa-Auxílio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na percepção dos alunos do Município de Belford Roxo -RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Ribeiro Andrade

Rio de Janeiro
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SANDRO MARCELO DO ROSÁRIO HILÁRIO

**A Bolsa-Auxílio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na
percepção dos alunos do Município de Belford Roxo -RJ**

Aprovado pela Banca Examinadora
Rio de Janeiro, ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Eliane Ribeiro Andrade
Orientadora – UNIRIO

Prof. Dr. Paulo Cesar Rodrigues Carrano - UFF

Prof. Dr. Diógenes Pinheiro - UNIRIO

AGRADECIMENTOS

HILARIO, Sandro. **A Bolsa-Auxílio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na percepção dos alunos do Município de Belford Roxo -RJ.** UNIRIO, 2012. 102 páginas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIRIO.

RESUMO

O objetivo desta investigação é o de avaliar o papel da Bolsa-Auxílio para os jovens do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). O Programa é uma das iniciativas editadas no governo do Presidente Lula, no ano de 2005, no contexto da consolidação da Política Nacional de Juventude. O Programa propõe a conclusão da defasagem educacional de jovens com idade entre 18 a 29 anos, através da conclusão do Ensino Fundamental por meio de métodos pedagógicos próprios e readequadas matrizes curriculares; a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; e a participação cidadã por meio de ações realizadas junto às comunidades locais. A bolsa auxílio é um benefício no valor de R\$100,00, dispensado a todos os alunos com frequência mínima de 75% das aulas para custear seus gastos pessoais. Avaliar a utilização da bolsa por parte dos alunos permite perceber como os recursos públicos estão sendo empregados e a percepção dos seus beneficiários diante de uma iniciativa que vislumbra dar autonomia aos mesmos no emprego do recurso. A metodologia proposta para esta aferição foi dividida em duas partes. A primeira parte foi constituída de uma pesquisa quantitativa visando avaliar o perfil sócio-econômico dos alunos do programa e suas impressões quanto a bolsa-auxílio, sua utilização e as relações com familiares e amigos. Num segundo momento foram realizadas pequenas entrevistas individuais com um número reduzido de alunos para problematizar as respostas apresentadas no questionário. O universo de pesquisa escolhido foi o PROJOVEM do município de Belford Roxo por ser um dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano – PNUD). As impressões iniciais dão conta de que a maioria dos alunos recebe a bolsa e diante do seu perfil sócio-econômico, o valor da bolsa é relevante na constituição de sua renda familiar. A parcela majoritária dos alunos continuou buscando outras fontes de recurso para sua subsistência além de utilizava a bolsa para custear os gastos familiares.

Palavras Chave: Políticas Públicas de Juventude, Bolsa-Auxílio, PROJOVEM

ABSTRACT

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Mudanças no Capitalismo no Início do Século
- Tabela 2 – Mudanças no Capitalismo no Início do Século
- Tabela 3 – Distribuição da Desocupação por Faixas Etária no Brasil
- Tabela 4 – Mobilidade de Desocupação entre os Jovens no Brasil
- Tabela 5 - Brasil: Participação das Metrôpoles na Desocupação Juvenil
- Tabela 6 - Iniciativas governamentais na Educação Básica:
- Tabela 7 - Iniciativas governamentais na Educação Superior:
- Tabela 8 - Iniciativas que visam à capacitação profissional e/ou à ampliação da escolaridade:
- Tabela 9 - Iniciativas que visam à ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho:.
- Tabela 10 - Matrículas
- Tabela 11 - Fluxo e Eficiência
- Tabela 11 - Prova Brasil (desempenho médio)
- Tabela 12 - IDEB

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Taxa de Ocupação da População Economicamente Ativa
- Gráfico 2 - Sexo (%)
- Gráfico 3 - Idade dos alunos
- Gráfico 4. Quantidade de pessoas que compõem o núcleo residencial (%)
- Gráfico 5. Quantidade de filhos (%)
- Gráfico 6. Equipamentos que possuem em casa
- Gráfico 7. Frequência com que começou e parou de estudar antes do término do período letivo (%)
- Gráfico 8 – Reprovação escolar
- Gráfico 9. Você participaria do PROJOVEM caso não existisse a bolsa auxílio?
- Gráfico 10. Busca de trabalho remunerado X Recebimento da bolsa auxílio (%)
- Gráfico 11. Utilização da bolsa auxílio (%)
- Gráfico 12 – Como o aluno gasta a bolsa auxílio
- Gráfico 13. Estudantes de Ensino Fundamental e Médio deveriam receber uma bolsa auxílio para estudar (%)
- Gráfico 14 - Escolas participantes (%)
- Gráfico 15 - Cor/raça (%)
- Gráfico 16. Jovens que residem com o pai (%)
- Gráfico 17. Jovens que residem com a mãe (%)
- Gráfico 18. Jovens que possuem irmão (s) (%)
- Gráfico 19. Quantidade de irmãos (%)
- Gráfico 20. Jovens que residem com companheiro/conjuge
- Gráfico 21. Posse de filhos (%)
- Gráfico 22. Mãe sabe ler e escrever (%)
- Gráfico 23. Escolaridade da mãe (%)
- Gráfico 24. Grau de escolaridade da mãe (%)
- Gráfico 25. Posse de celular (%)
- Gráfico 26. Posse de eletrodoméstico em sua residência, geladeira (%)
- Gráfico 27 - Acesso a internet
- Gráfico 27a - Acesso a internet
- Gráfico 28 - Participação em comunidades virtuais
- Gráfico 28a - Participação em comunidades virtuais

Gráfico 29. Idade que entrou na escola (%)

Gráfico 30. Última série do Ensino Fundamental concluída com aprovação (%)

Gráfico 31. Tempo de deslocamento entre a residência do aluno e o núcleo (%)

Gráfico 32 - Deslocamento para as aulas do PROJOVEM

Gráfico 33 – Realiza trabalho remunerado

Gráfico 33a – Realiza trabalho remunerado

Gráfico 34 – Salário aluno que trabalha

Gráfico 35 – Desde quando não exerce atividade remunerada?

Gráfico 36 – Membros da família que recebem remuneração

Gráfico 37 – Renda Mensal Familiar

Gráfico 38. Período que reside no município atual (%)

Gráfico 39 - Recebimento de outros auxílios públicos

Gráfico 40 – Ter religião

Gráfico 41 - Frequência a missa ou outro culto religioso

Gráfico 42. Exercício de trabalho voluntário em instituições (%)

Gráfico 43. Recebimento da bolsa auxílio do PROJOVEM (%)

Gráfico 44. Relação dos alunos com familiares por estar recebendo a bolsa auxílio (%)

Gráfico 45. Relação dos alunos com amigos por estar recebendo a bolsa auxílio (%)

Gráfico 46. Investimento com a bolsa auxílio (%)

Gráfico 47. Utilização da bolsa auxílio com transporte para ir a aula do PROJOVEM (%)

Gráfico 48. Utilização da bolsa auxílio com alimentação para estar na aula do PROJOVEM (%)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA – Educação de Jovem e Adulto
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MEC – Ministério da Educação
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT - Organização Mundial do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
PEA – População Economicamente Ativa
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD - Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI - Programa Universidade para Todos.
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Juventude, Educação e Trabalho.....	16
1.1 – Juventude e Educação.....	16
1.2 – Contexto Educacional da década.....	19
1.3 - Juventude e Trabalho.....	23
1.4 - Contexto do Trabalho na década.....	28
1.5 – Políticas Públicas de Juventude com ênfase na Educação e no Trabalho.....	32
1.6 - Programas de Transferência de Renda e sua relação com Educação e Trabalho	40
Capítulo 2 – O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM.....	43
2.1 – Justificativas.....	43
2.2 – Objetivos.....	45
2.3 – A bolsa auxílio.....	47
2.4 - O PROJOVEM como um Programa de Transferência de Renda para Jovens.....	49
Capítulo 3 – Jovens do PROJOVEM: Perfil, Trajetória e o Papel da Bolsa Auxílio.....	51
3.1 - A proposta Metodológica.....	51
3.2 – O PROJOVEM em Belford Roxo e a cidade de Belford Roxo.....	51
3.3 – A coleta de dados.....	55
3.5 – A análise dos dados coletados no questionário.....	56
3.6 – As entrevistas.....	67
4 – Considerações Finais.....	71
5 - Referências Bibliográficas.....	74
Anexos.....	75

Introdução

O Brasil foi marcado, no início da década de 2000, pela ampliação do debate acerca do reconhecimento da juventude enquanto categoria social, de sua condição de sujeito de direitos e da necessidade de implementação de políticas públicas para a satisfação de suas principais demandas. Vale destacar que tal reconhecimento se estabeleceu pelo avanço do debate e mobilização das instituições públicas e privadas envolvidas no tema desde os anos 90, bem como da “academia”, que aprofundou suas pesquisas para o entendimento das dinâmicas próprias da juventude. No âmbito da opinião pública esse debate se fez mais presente na perspectiva de responder ao avanço das estatísticas da criminalidade urbana, cujos delitos eram atribuídos aos indivíduos maiores de 15 anos de idade do que efetivamente para o reconhecimento da juventude como categoria social.

Para tanto, especial atenção foi dada pelo Estado e a Sociedade Civil Organizada as políticas de educação para o trabalho, direcionadas aos jovens pobres, numa perspectiva de “combater o ócio”, visto que este seria um dos componentes para o ingresso na criminalidade, e permitir-lhes uma melhor empregabilidade.

Aliado a estas políticas, estavam as políticas de transferência de renda, cujo objetivo era de ampliar a segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes mas que, na maioria das iniciativas, estabeleciam como contrapartida a exigência da permanência na escola. A busca pela ampliação da escolarização, em especial das crianças das séries iniciais, se desenvolveu pelo quadro de elevado analfabetismo funcional e pela ampliada desconexão entre a idade das crianças e as séries em curso.

Aos mais jovens o quadro era de evasão crescente nas escolas públicas das regiões de menor renda per capita e maior adensamento populacional, bem como, um elevado grau de desemprego formal, muito próprio da economia estagnada e da falta de escolarização e qualificação para o trabalho por parte dos jovens mais pobres.

Neste cenário, o governo do Presidente Lula, no ano de 2005, editou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), no contexto da consolidação da Política Nacional de Juventude. A expectativa com o lançamento do programa era de responder ao grande número de jovens que se afastaram da escola nas primeiras séries do Ensino Fundamental e que, sem a formação básica teriam estremada dificuldade de buscar melhores postos de trabalho nesta sociedade atual que privilegia o conhecimento. O PROJOVEM sofreu ao longo dos anos algumas modificações, direcionamentos e desdobramentos, permitindo ampliar o espectro dos jovens atendidos e se moldar a realidades locais distintas.

Atualmente o PROJOVEM/Urbano, vertente objeto do meu trabalho, se estabelece como um programa de inclusão social dos jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, cujos estudos foram interrompidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O Programa propõe a conclusão desta defasagem educacional através da formação do Ensino Fundamental por meio de novos métodos pedagógicos e readequadas matrizes curriculares; a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho através dos arcos ocupacionais a serem escolhidos pelos jovens; e a participação cidadã por intermédio de ações realizadas junto às comunidades locais.

Aliado a isso, os jovens recebem uma bolsa auxílio no valor de R\$100,00 para custear seus gastos pessoais, cuja condição para o recebimento é a frequência de 75% das aulas.

É mister perceber o caráter intersetorial do PROJOVEM que guarda ações da natureza dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Assistência Social.

O interesse desta investigação guarda relação direta com um item da Assistência Social caracterizado por muitos como de menor interesse investigativo mas que chama atenção no cenário das políticas públicas caracterizado anteriormente: a percepção da bolsa auxílio para os jovens do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

Ao analisar os programas de transferência de renda implementados nos diversos níveis de governo, pode-se perceber que, na sua maioria, são programas que direcionam pequenos recursos para populações pobres, com condicionalidades que passam pela escolarização das crianças e jovens, pelo acompanhamento nutricional e pela qualificação profissional. Sendo assim, diante de suas características é possível considerar o PROJOVEM como um programa de transferência de renda com uma particularidade: os beneficiários do recurso são os próprios participantes, os jovens.

Diante disso, numa perspectiva de investigar o papel deste recurso na vida dos jovens participantes do Programa, a luz da sua percepção quanto a utilização e importância em suas vidas é que disponho a me debruçar sobre o tema. Analisar onde o dinheiro público é utilizado, em especial a partir das impressões daqueles que são seus maiores beneficiários é um importante método de análise da eficácia das políticas públicas.

Alguns autores como o professor Marcio Pochmann (Unicamp) defendem a tese do alongamento da escolarização como alternativa ao desemprego ou como possibilidade de agregar oportunidades de trabalho com maior remuneração¹. De acordo com sua tese, a possibilidade que os jovens de classe média e alta têm de ampliar sua escolaridade sem buscar o mercado de trabalho é que lhes confere vantagem diante dos jovens pobres. Estes ampliam as estatísticas de evasão e demonstram dificuldade de desempenho frente às necessidades de buscar o sustento. Assim, o Prof. Pochmann propõe a criação de um programa de

¹ - Proposta apresentada no Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (JUBRA) em Belo Horizonte, Junho de 2010.

transferência de renda para a juventude pobre por um período de 10 anos, cuja contrapartida é a conclusão da escolarização até o nível superior sem a busca pelo mercado de trabalho. Neste sentido, sua tese se estabelece no estímulo para todos os jovens que se enquadram numa faixa de renda própria a serem considerados pobres, independente do mérito acadêmico anterior, isto é, o professor propõe uma política com foco na juventude mais pobre do país.

A pesquisa que ora me disponho a fazer problematiza o papel dos recursos auferidos pelos jovens da política pública descrita, isto é, se criam uma atração ao programa pelo dinheiro em si. Esta pesquisa permitirá avaliar as expectativas dos jovens quanto aos novos programas de transferência com aporte direto, voltados para a escolarização e formação para o trabalho.

A metodologia proposta para esta aferição foi dividida em duas partes. A primeira parte foi constituída de uma pesquisa quantitativa visando avaliar o perfil sócio-econômico dos alunos do programa e suas impressões quanto a bolsa-auxílio. Isso permitiu saber o quanto significa este recurso no âmbito financeiro (o que alguns consideram um valor irrisório) para os jovens beneficiários e o valor dado ao mesmo. Num segundo momento foram realizadas entrevistas com alguns alunos para problematizar as respostas apresentadas no questionário.

O universo de pesquisa escolhido foi o município de Belford Roxo por ser um dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O recorte populacional escolhido para a pesquisa quantitativa foi o de alunos presentes ao curso nas sete escolas que abrigaram o PROJOVEM/Urbano, em Belford Roxo, no mês de maio de 2011, algo em torno de 200 alunos.

Na etapa das entrevistas foram inquiridos cinco jovens de uma das escolas abordada pelo questionário e que também participaram da entrevista quantitativa.

O trabalho foi construído numa perspectiva de apresentar o cenário nacional das Políticas de Educação e Trabalho para a juventude, que possibilitaram e potencializaram a criação do PROJOVEM/Urbano como principal política pública de juventude nos últimos 10 anos.

O Capítulo 1, aprofunda o debate sobre Juventude, Educação e Trabalho, traçando aspectos relevantes da realidade atual da Educação Brasileira, a transição da escola para o trabalho, expondo as dificuldades da juventude pobre em preparar-se para o ingresso no “mercado” de trabalho numa sociedade que tanto vem valorizando o conhecimento, seja ele acadêmico ou o dito capital social, bem como as Políticas Públicas focadas para responder

esta realidade. O capítulo aborda ainda os Programas de Transferência de Renda e sua relação com Educação e Trabalho.

O Capítulo 2 situa o PROJOVEM/Urbano no contexto do debate descrito sobre Educação e Trabalho na atualidade e os contornos do projeto a luz das demais Políticas de Juventude abordadas. A partir destas análises se problematiza o PROJOVEM/Urbano enquanto Política de Juventude de Transferência de Renda, as contrapartidas e o aprofundamento do olhar do Programa como de Assistência.

O Capítulo 3 apresenta os Jovens do PROJOVEM: Perfil, Trajetória e o Papel da Bolsa Auxílio. Discorre sobre a proposta metodológica proposta, a análise dos dados coletados e aspectos do núcleo do Programa proposto.

Capítulo 1 – Juventude, Educação e Trabalho

1.1 – Juventude e Educação

A educação do indivíduo é concebida a partir da contribuição de diferentes influências tais como a família, igreja, escola e comunidade, entre outros. Sendo assim, o processo educacional é formado por conteúdos maiores do que aqueles definidos pelas vontades individuais, isto é, se configuram a partir das normas e os valores desenvolvidos pela sociedade que o cerca, adquirindo uma conformação própria.

Na sociedade em que vivemos a escola ganha um papel relevante na formação do indivíduo. Nas novas configurações familiares, o papel da mulher no mercado de trabalho e a dinâmica social que construímos, dão a escola uma importância relevante na transmissão de valores morais e éticos próprios desta mesma sociedade. A condição juvenil, nos dias atuais, passa pela sua relação com a escola e o trabalho.

Dukheim defende que a partir da internalização por parte do indivíduo daqueles valores e diretrizes que delineiam o funcionamento da sociedade ao qual pertence é que se estabelece o equilíbrio de sua formação pessoal. Para o autor a educação é um elemento para a consolidação do sistema social em vigor naquela sociedade e não um elemento de transformação, isto é, um meio de reprodução de valores e normas estabelecidos.

Daí se apreende uma das funções da escola no processo educativo do indivíduo. A escola pode se configurar como instrumento de reprodução ideológica de tal forma que distorções da organização social, mesmo compreendidas naquele espaço, não garantem mudança de postura e mobilização por transformações.

Para Bourdieu a escola não seria uma instância neutra e de valor superior as demais “instituições” formadoras do indivíduo mais uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes. A escola se posicionaria como árbitro da cultura daquela sociedade de forma a ser reconhecida como cultura legítima e universalmente válida.

No caso das sociedades de classes, a capacidade de imposição e legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De modo geral os valores arbitrários capazes de se impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pelas classes dominantes. (Nogueira e Nogueira, pag. 72)

Contudo, para o autor, a capacidade da escola de reprodução das concepções ideológicas das classes dominantes está ligada de forma diretamente proporcional a capacidade de se apresentar como neutra, não vinculada a nenhuma classe. Assim, com o

reconhecimento da sua postura não arbitrária passa a exercer sua função livremente, tratando de forma igual aqueles que por sua origem social são reconhecidamente diferentes.

Para o Bourdieu, esse domínio variaria de acordo com a maior e menor distância existente entre o arbitrário cultural apresentado pela escola como cultura legítima e a cultura familiar de origem dos alunos. (Nogueira e Nogueira, pag. 72)

Essa origem dos alunos seria um diferencial dentro do ambiente escolar que exigiria implicitamente para seu aproveitamento pleno, antecedentes culturais linguísticos próprios da classe dominante. O que se explicitaria quando da emissão de conhecimentos a cargo do corpo docente de uma forma tal que sendo transmitidos de forma igual, aqueles alunos das classes populares não teriam facilidade de absorvê-los.

O argumento central de Bourdieu a partir da idéia de que a escola é reprodutora da cultura das classes dominantes está no desempenho escolar. As diferenças de desempenho seriam apresentadas como diferenças de capacidade, “enquanto que na realidade, decorreriam da maior ou menor proximidade entre a cultura escolar e a cultura familiar do aluno”. (Nogueira e Nogueira, pag. 74)

O maior problema nessa concepção é a legitimação da mesma, onde os filhos das classes dominantes teriam facilidade de se perceberem “herdeiros” desta estrutura, acreditando ter uma aptidão natural diante do sucesso escolar. Já aos filhos das classes populares tenderiam a conceber uma inferioridade inerente seja por falta de inteligência seja por falta de vontade.

Tendo em vista a garantia da estrutura escolar a serviço da legitimação, da cultura das classes dominantes, a sociedade produz dois diferentes modos dos indivíduos se relacionarem com a cultura: o primeiro modo, típico dos dominantes, seria de forma segura, íntima, natural. O segundo modo, próprio dos dominados, uma relação de embaraço, tensão e acanhamento.

Essa correlação só pode ser explicada, na perspectiva bourdieusiana, quando se considera que a escola dissimuladamente valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e uma certa neutralidade no trato com a cultura e o saber que apenas aqueles que foram desde a infância socializados na cultura legítima podem ter. (Nogueira e Nogueira, pag. 79)

Uma pergunta basilar sobre a educação na constituição de uma sociedade seria quanto a sua função: a educação deve ser voltada prioritariamente para a formação do indivíduo para o mundo do trabalho?

Se a resposta for positiva caberia destacar a constante necessidade de dinamização dos conteúdos e processos educacionais tendo em vista as constantes transformações do mundo do trabalho. Fazendo um paralelo entre as décadas seguintes ao meado do século passado; onde o modelo fordista-taylorista de produção industrial demandava um trabalhador especialista cuja rotina se baseava no profundo aprendizado de uma parte da produção; e o trabalhador do início deste século, com a necessidade de conhecimentos de todo o processo produtivo amplamente mecanizado, vemos que a educação formal necessitaria uma profunda “reinvenção”.

O mundo vem propondo desafios no avanço da ciência e da tecnologia, fundados na constituição de um modelo econômico que exige a competição mercadológica acirrada e estabelece a educação como condição de sobrevivência num mundo de exclusão. Não obstante aprofundarmos a importância da educação em toda a fase da vida, a busca pelo mercado de trabalho, a lógica da meritocracia, a valorização dos jovens destaques, as políticas de avaliação por “ranking” colocam no cenário nacional um modelo funcionalista atualizado na educação.

O que isto representa na política educacional este período? Que relação existe entre esta política neoliberal e a educação básica? Deve-se direcionar a educação para a formação de um homem novo, consciente de suas capacidades, detentor de senso crítico, transformador de sua realidade e criador de uma nova sociedade ou capacitá-lo pura e simplesmente para as exigências do mercado de trabalho?

Estas questões sempre nortearam os debates acerca dos entendimentos e dos investimentos em educação no Brasil. A definição quanto aos rumos da educação básica tem relação direta com características dos diversos períodos da história social e política brasileira, na qual a descontinuidade de políticas gerenciais, a intromissão de órgãos e interesses externos e a implementação de diferentes medidas econômicas, sociais e de lutas pelo poder político, impediram a universalização e a qualidade da ação, ampliando assim o quadro de desigualdade social.

Desde sua criação é a escola que, juntamente com a família, tem papel preponderante na formação das gerações mais jovens, contudo, sua atuação não se configurou de forma igualitária para todas as classes sociais. Para os mais ricos os conteúdos e ações foram voltados para a constituição familiar, baseado na pedagogia da educação religiosa, e para os mais pobres a educação baseada nas necessidades de acesso ao trabalho.

Já expressava Bourdieu por meio de seus escritos de que a escola por meio de seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação cumpriria um papel de

reprodutor das desigualdades sociais. A educação perderia a função previamente atribuída de instância transformadora e de fomento da participação política da sociedade, e passaria a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais.

Com o crescimento do cenário contemporâneo urbano-industrial, a importância da escola como se estabeleceu como requisito para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e para o cumprimento do seu papel de cidadão.

Entretanto, a importância reconhecida não foi acompanhada de investimento público quantitativo e qualitativo. Falta de oferta de vagas, em especial nas localidades de maior adensamento populacional, precária infraestrutura de ensino, com espaços escolares degradados, falta de estímulo dos profissionais da educação, em virtude de baixos salários e condições precárias de trabalho, são alguns dos indicadores da realidade educacional brasileira desde a muito.

Até o final do século passado a situação educacional da juventude brasileira foi marcada pelo grande número de analfabetos, a elevada distorção entre a relação idade-série em especial nas últimas séries do ensino fundamental, o conseqüente ingresso tardio no ensino médio, a baixa oportunidade de acesso à educação profissional e a diminuta oferta de vagas na universidade pública.

1.2 – Contexto Educacional da década

A última década vem sendo marcada pela expansão do aporte de recursos públicos na escolarização, iniciada nos anos 1990, e intensificada no início do novo século no Brasil. Tal ampliação se deu pela oferta de maior número de vagas no ensino fundamental, crescimento das matrículas no ensino médio e um investimento exponencial nas escolas técnicas e nas universidades.

As primeiras análises da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD/IBGE) dão conta que os indicadores de cada um dos níveis de escolarização vem sofrendo modificações constantes.

No tocante as taxas de analfabetismo, não obstante ter havido uma queda considerável entre os indivíduos na faixa etária dos 15 aos 24 anos perfazendo 2,2% de analfabetos neste grupo de pessoas ainda é um dos grandes problemas no âmbito social que deva ser enfrentados para a promoção da plena cidadania do povo. Se levarmos em consideração as demais faixas etárias, e vale salientar que entre os indivíduos com mais de 60 anos o

percentual é de 28%, a população brasileira apresenta uma elevada taxa de analfabetismo. O número total de analfabetos no Brasil é de aproximadamente 14 milhões de pessoas. Tanto no Nordeste quanto no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre a população acima de 40 anos. (Castro e Aquino, 2009, pag. 93).

De acordo com os levantamentos apresentados pela pesquisa:

- 1) o analfabetismo é bem mais acentuado na população negra;
- 2) as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e a zona rural apresentam piores índices;
- 3) o analfabetismo está mais concentrado na população de baixa renda;
- 4) o analfabetismo é maior nas faixas etárias mais altas;
- 5) apesar de o índice ser menor, existem, ainda, analfabetos jovens, o que significa que o sistema educacional continua produzindo analfabetos.

Levando-se em consideração que os jovens têm por obrigação legal e aceitação social alçar a escola regular como aporte para o desenvolvimento da educação, presume-se que a melhoria da qualidade do ensino fundamental, em particular os mecanismos de alfabetização nas séries iniciais, é prioritário para a redução dos níveis de analfabetismo entre jovens.

Além disso ampliar as vagas a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) também pode contribuir para a aceleração do crescimento da escolaridade média da juventude brasileira, em especial a mais pobre.

Aos jovens integrados ao processo escolar há uma ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. Persistem, no entanto, os fortes diferenciais regionais, que também são expressivos quando se observa esse indicador levando em consideração os quesitos renda, localização e raça/cor. A população brasileira de 15 anos ou mais de idade atingiu, em 2009, a média de cerca de 7,5 anos de estudo. De acordo com a Constituição Federal o mínimo ideal é de 8 anos.(PNAD/IBGE 2009)

A taxa de escolarização bruta teve incremento para a faixas etária de 0 a 17 anos. Já nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, começaram a ocorrer decréscimos a partir de 2007. As taxas de frequência líquida, no entanto, foram crescentes em todos os níveis de ensino. (PNAD/IBGE 2009)

Nas séries do ensino fundamental público os grandes problemas ainda estão relacionados a dois problemas clássicos: relação idade-série - em função das dificuldades dos

alunos para concluir, no período adequado, seu período de estudo, o direciona a problemas da repetência e evasão escolar - e a melhoria da qualidade do ensino. Este último item, diretamente relacionado a infra-estrutura, organização pedagógica e pessoal qualificado acaba afetando todos os níveis de ensino, numa espécie de reprodução do erro.

Os dados mostraram que o País ainda não universalizou o acesso ao ensino médio, seja pela oferta insuficiente de vagas, para os jovens de 15 e 17 anos que deveriam frequentar esse nível de ensino, seja pela capacidade de atratividade deste segmento escolar. Há portanto o desafio de garantir o acesso e a permanência.

Aproximadamente 82% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam, em 2007, algum nível ou modalidade de ensino, mas apenas 48% deles cursavam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado à faixa etária.

Embora esta situação ainda seja insatisfatória, o índice apurado em 2007 corresponde a quase o dobro do registrado em 1996, conforme pode ser constatado. (Castro e Aquino, 2009, pag.99)

Pesquisas que tratam da evasão dos alunos do ensino médio regular apontam para a dificuldade dos alunos na faixa de 15 a 17 anos de conciliar as aulas com as atividades profissionais, com vistas a sua subsistência. A idade própria para o desejo do consumo aliada a pressão familiar pela contribuição nos ganhos e manutenção domésticos.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, verificou-se um avanço considerável no acesso à educação superior, cuja taxa de frequência mais que dobrou no período 1996-2007. Esse dado está intimamente ligado ao investimento maciço durante os dois governos do Presidente Lula na ampliação dos campi universitários nas instituições federais de ensino e nos programas de ingresso às universidades particulares, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Apesar de a taxa de frequência líquida na educação superior ter sido ampliada em mais de 123% no período de 11 anos, o patamar alcançado ainda se encontra muito aquém do desejado, tanto em relação à meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 30%, a ser atingida em 2011, quanto na comparação com os demais países latino-americanos. (Castro e Aquino, 2009, pag.101)

Vale destacar que a ampliação da frequência líquida dos alunos no ensino médio possibilitou a ampliação do contingente com acesso ao ensino superior. Alia-se a isso, a pressão da Sociedade Civil Organizada por novos mecanismos de aferição da capacidade dos estudantes para o ingresso nas universidades para além do vestibular, tais como as políticas de cotas sociais e raciais e o Exame Nacional do Ensino Médio.

Uma parcela significativa daquelas famílias que nunca haviam encaminhado algum de seus entes para os bancos escolares universitários tiveram a oportunidade de fazê-lo através destas iniciativas.

Cabe salientar que apesar do aporte financeiro diferenciado na última década ainda há que se fazerem avanços no ensino superior de forma a reduzir a desigualdade apresentada entre os alunos:

Contudo, são marcantes as desigualdades na frequência à educação superior entre jovens de 18 a 24 anos. Quando se considera a variável renda, verifica-se que a taxa de frequência oscila de 5,6%, para os que têm rendimentos mensais per capita de meio a um salário mínimo (SM), até 55,6%, para os jovens que se encontram na faixa de cinco SMs ou mais. ... Por sua vez, as desigualdades observadas a partir da condição de raça/cor mantêm-se bastante acentuadas, em que pesem os avanços ocorridos ao longo dos últimos 15 anos, na medida em que negros apresentam taxa de apenas 35% da registrada entre brancos. (Castro e Aquino, 2009, pag.101)

Não obstante reconhecermos que a qualidade das Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica no ensino profissionalizante no Brasil ao longo das últimas décadas, segundo estimativas do INEP/MEC, em 2005, apenas 10,9% da demanda potencial de jovens buscando o ensino técnico foi atendida. Verificou-se uma pequena melhoria em 2006, quando o atendimento chegou a 11,4%. Sendo assim, o primeiro problema a ser enfrentado pelos jovens na busca pela qualificação profissional está intimamente ligado a oferta de vagas.

Aliado a isso, houve uma substancial modificação no processo de gestão do Sistema S (SENAC, SENAI, SENAR, etc) que abandonou a gratuidade e relação direta com as empresas, como forma de auxiliar nos subsídios dos cursos aos jovens, e estabeleceu preço para os cursos técnicos. A segregação financeira atingiu em cheio os jovens pobres, público mais interessado nesta forma de qualificação.

Deve-se considerar que foram inaugurados vários Institutos Federais de Educação Técnica agregando novas e modernas áreas de atuação, bem como ampliou-se o número de vagas disponíveis.

O atual governo anunciou como prioridade para os anos de 2011 a 2014 a ampliação do número de vagas no Ensino Técnico através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), estimando em 200 novas escolas a serem construídas.

1.3 - Juventude e Trabalho

O período compreendido entre a segunda metade do século XX e início do século XXI foi marcado pelo revigoramento das filosofias liberais, destacadas a partir de dois processos político-econômicos: a crescente desorganização dos operários que antes garantia os direitos políticos e sociais e a ampliação da concentração do capital. O advento das políticas neoliberais

A crise do final do século XX foi resultado da disputa na qual a estratégia foi a pressão sobre os salários e aos gastos sociais do Estado, isto é, configurou-se novo arranjo econômico que se caracteriza como o fim do “pacto keynesiano”, no qual o Estado se apresentava-se apenas como “mediador civilizador”. As ações propostas eram:

- 1- Um Estado ativo na redução do poder dos sindicatos e no controle da moeda;
- 2- Um Estado mínimo em sua estrutura (Privatização das empresas estatais), com redução nos gastos sociais e menos interveniente na economia produtiva;
- 3- A busca incansável pela estabilidade monetária;
- 4- Uma forte disciplina orçamentária de forma a garantir o equilíbrio nos balanços de pagamento;
- 5- Uma reforma fiscal que desonerasse o capital empresarial;
- 6- Desmonte dos direitos e garantias sociais, por se tratarem de custos elevados.

Com a adoção de tais medidas, a década passada foi marcada por diversas transformações no mundo do trabalho, com reflexos relevantes nos países em desenvolvimento como o Brasil, seja na nova constituição da estrutura produtiva, seja nas mudanças da organização sindical ou nas políticas de desenvolvimento.

O período destacado caracterizou-se pela implementação de tecnologias inovadoras junto ao setor fabril, alicerce da revolução industrial de outrora, através da microeletrônica, automação e a robótica, impondo novas relações de trabalho e estruturação do capital.

A informática com seus novos direcionamentos para os conceitos de tempo e espaço, substituiu a produção em série e de massa pela flexibilização da produção, valorizando os interesses e condições individuais dos consumidores, em detrimento a padronização de satisfações do modelo fordista. (Antunes ,1998)

A nova lógica de mercado buscava novos padrões de produtividade, de gestão da força de trabalho, da flexibilização da produção garantindo a ampliação dos lucros a partir, principalmente, da redução dos custos de mão-de-obra e insumos.

Aos trabalhadores se impôs a necessidade de melhor qualificação (em virtude dos equipamentos e métodos sofisticados) bem como a perda de direitos e garantias historicamente conquistados.

Um cenário nada animador, em especial para o público jovem, face ao seu processo de constituição como indivíduo. A rapidez na exigência de resultados não corrobora com o processo de preparação vivido pelos jovens.

A cada ano, diversos jovens com idades entre 15 e 29 anos, buscam o mercado de trabalho, como não conseguem as oportunidades almejadas reforçam o gigantesco contingente de desempregados.

O desemprego juvenil vem crescendo ao longo das últimas décadas, com percentuais superiores aos índices de desemprego gerais. De acordo com os dados apresentados por vários países da União Européia e América Latina, as taxas de desemprego aberto entre jovens de 15 à 29 anos superam em duas vezes a taxa dos adultos.

Tal diagnóstico apresenta um quadro extremamente preocupante e complexo, sendo o desemprego fator relevante para a ampliação do processo de exclusão e marginalização, levando a juventude, em especial aquela proveniente de classes sociais mais baixas, ao processo de vulnerabilidade social. O desemprego juvenil é agravado pelos índices de baixa escolaridade.

Há que se ressaltar que muitos são os postos de trabalho ociosos face a demanda por qualificação específica, requisitos muitas vezes não alcançadas pelos jovens, tal a formação extremamente onerosa ou às deficiências de formação de base.

As novas tendências ocupacionais exigem cada vez mais a demanda por profissionais com uma capacidade de adaptação às novas tecnologias e organizações do trabalho, pela facilidade na resolução de problemas, por ações polivalentes no exercício da atividade produtiva, pela adaptação aos desafios apresentados, pela capacidade de trabalhar em equipe e pela pré disposição à aprendizagem permanente.

As novas organizações do mundo do trabalho, a partir do contexto político-econômico imposto, exigem cada vez mais dos indivíduos um entendimento e direcionamento de suas

potencialidades de forma a enfrentar à introdução das novas tecnologias de informação, novos paradigmas organizacionais e novas exigências em termos de qualidade de produtos e serviços.

A história vem delineando as transformações do sistema capitalista por meio da crise de inserção da maioria da população na “roda-viva” da produção e do consumo, ampliando em demasiado a parcela excluída.

O foco deste trabalho recai sobre jovens definidos como indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos, com escolaridade reduzida e que necessitam de formação visando sua inserção no mundo do trabalho.

Grande parcela dos jovens brasileiros, na faixa etária entre 15 e 24 anos, experimenta hoje o pior dos mundos: nem se escolarizou de forma satisfatória para atender aos requisitos das inovações aceleradas, nem conta com postos de trabalho para suprir suas necessidades de expansão de conhecimentos e de preparação para o mundo do trabalho.

As transformações da estrutura do capitalismo criaram uma instabilidade econômica e ampliaram as inseguranças do mundo do trabalho, transferindo a movimentação transnacional de mercadorias pela financeirização crescente, com fluxos de capitais voláteis e rentáveis. A globalização financeira, em meio à concorrência desregulada, foi acompanhada do abandono da ação normativa seja nas relações nacionais, seja nas ações transnacionais. Os blocos econômicos configuram-se como conglomerados de interesses setoriais, ofuscando organismos regulatórios como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Tabela1 – Mudanças no Capitalismo no Início do Século

Características	Conteúdo	Efeitos	
		Emprego	Outros
Conduta Empresarial	Desverticalização da produção, focalização em atividades competitivas e lançamento de novos e diversificados produtos.	Redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores.	Produtividade aumenta.
Investimentos em tecnologia	Mudança da base técnica de produção	Redução do emprego direto na produção	Produtividade e qualidade aumentam.
Novas relações de trabalho	Alteração da organização da produção (just in time, lay out, logística, redução do	Redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na	Rapidez nas decisões sobre o que e quanto produzir.

	tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores).	administração e controle de estoques, entre outros).	
Novas formas de gestão de recursos humanos	Alteração da organização interna do trabalho, com redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado no núcleo estável e pouco qualificado nas atividades secundárias	Redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão.	Maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informalização do trabalho nos postos secundários
Mudança no sistema de relações de trabalho	Formas participativas nas decisões empresariais, com incentivos monetários de acordo com meta de produção, negociação descentralizada para o núcleo estável dos empregados, tendo a remuneração nos postos secundários a referência no salário mínimo e a perda de vantagens sociais	Redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outras).	Maior disciplina e eficiência no trabalho, com crescimento do espírito de corpo dos funcionários.

Tabela 2 – Mudanças no Capitalismo no Início do Século

Efeitos	Conteúdo
Declínio do trabalho na produção	A agricultura com o mínimo de ocupados, a indústria perde participação absoluta e relativa no emprego total, enquanto os serviços privados reduzem seu quadro de pessoal devido aos investimentos em tecnologia, que são racionalizadores de mão-de-obra. O emprego público é comprimido pelas políticas neoliberais.
Modificação na natureza do trabalho	Drástica redução nas atividades manuais tradicionais e expansão do emprego com múltiplas especializações funcionais.
Modificação no significado do trabalho	As habilidades tornam-se rapidamente obsoletas, cresce o individualismo e diminuem os laços de solidariedade entre os empregados e os desempregados.
Modificação no conteúdo do trabalho	Torna-se cada vez maior a contradição entre o trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual. Aumento do terceiro setor, etc.
Mudança no mercado de trabalho (insegurança no trabalho, no emprego e renda)	Crescem os requisitos de qualificação na contratação, redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego, ocupações atípicas, individualização do salário e associação às metas de produção e vendas.
Mudança nas relações de trabalho	Movimento de descentralização das negociações coletivas e insegurança na representação sindical, com a queda na taxa de sindicalização e nas greves.

As economias de mercado não apresentaram um resultado satisfatório no tocante ao emprego, no mundo, à partir do final do século XX. O cenário marcado pelo processo de industrialização evoluiu a ponto de esvaziar os setores primário e secundário da economia, ampliado sobremaneira as oportunidades no setor terciário. A período tem se construído como de redução considerável da população formalmente ocupada, aumento nas taxas de desemprego e precarização das condições e relações de trabalho. (Pochmann, 2004)

Apesar dos estudos aprofundados na avaliação das causas do fenômeno, não se pode garantir o consenso dos diagnósticos. O Banco Mundial, uma das instituições que arriscam uma análise, acredita que o desemprego no mundo foi acentuado em função do desenvolvimento tecnológico e a ausência da plena liberdade comercial. A OCDE acredita que este quadro foi construído através “fatores conjunturais” e de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a escassez de vagas estaria ligada às taxas insatisfatórias de crescimento econômico.

As opiniões difusas de organismos com forte influência sobre a construção dos modelos econômico-sociais nacionais, permite o entendimento de que as dificuldades de implementação de políticas que visam solucionar a carência de postos de trabalho são bem maiores. As divergências teóricas quanto ao entendimento das causas, bem como de suas soluções, são diretamente proporcionais ao alicerce do modelo econômico a que se propõe estabelecer:

“Do debate entre os clássicos e Marx, de Keynes com Pigou, dos pós-keynesianos, neochupeterianos com monetaristas e novos-clássicos até as teorias mais recentes sobre o emprego permanecem divergências centradas sobre o foco da análise: o entendimento do emprego como expressão do funcionamento restrito do mercado de trabalho ou a compreensão mais geral de que o emprego representa uma variável subordinada do processo de acumulação de capital”. (Pochmann, 2000)

Ressaltando a segunda visão apresentada pelo Prof. Pochmann, cabe salientar que o desemprego, ao longo da constituição do modelo capitalista de acumulação, sempre se apresentou como um fenômeno presente, seja como uma variável referencial-analítica ou como uma variável reguladora.

1.4 - Contexto do Trabalho na década

Desde o início da década de 80, o mercado de trabalho no Brasil vem se delineando de forma bem distinta aos períodos anteriores. Até então, as características a estrutura do mercado era constituída pela ampliação dos empregos assalariados, sobretudo os formais, e da redução das atividades remuneradas por conta própria e do desemprego. Cenário típico do período de desenvolvimento industrial que possibilitou o entendimento de que todos os trabalhadores teriam acesso ao conjunto de postos de trabalho formal. Houve uma real queda no grau de subutilização da força de trabalho brasileira (desempregados, conta própria e sem remuneração), representando uma queda de 55,7% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1940 para 34,1 % em 1980. Poderia-se afirmar que a cada dez ocupações geradas no período, oito eram assalariadas, sendo sete com registro formal e uma sem registro. (Pochmann, 2000)

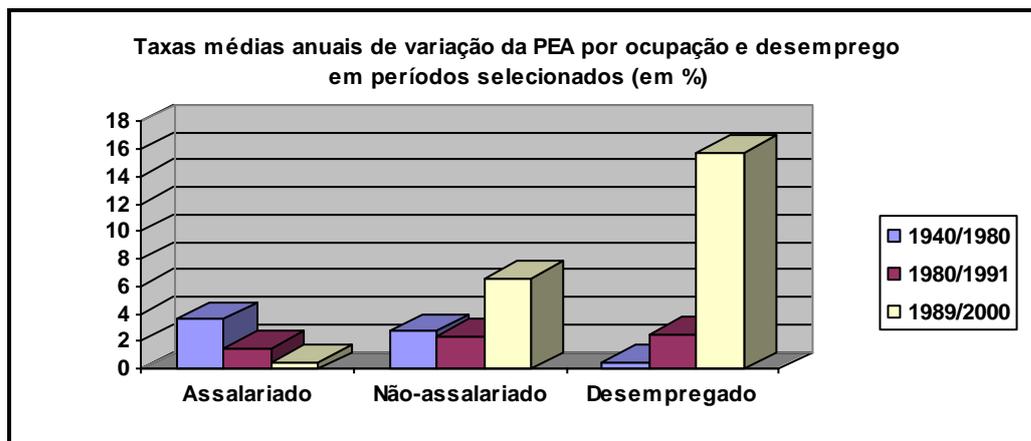
Contudo, com a crise da dívida externa, no início dos anos 80, diversas ações de ajuste macroeconômico inviabilizaram o crescimento do país dentro da lógica de desenvolvimento capitalista apregoada no mundo. À partir de então, o quadro de estagnação, de fortes oscilações econômicas e do contexto hiperinflacionário redesenharam os rumos do mercado de trabalho nacional.

A desaceleração da economia, apontou uma queda considerável no setor primário e o setor secundário deixou de apresentar maior contribuição no mapa das ocupações. O inchamento do setor terciário foi diretamente proporcional a precarização das relações de trabalho.

Na década de 90 o processo de desestruturação do mercado de trabalho ficou mais latente, constituindo-se pela tendência de redução do trabalho assalariado com registro, com a ampliação do desemprego e das ocupações “não-organizadas”.

O abandono do projeto nacional de industrialização (abertura às exportações à partir do governo Collor), a adoção de políticas macroeconômicas visando a atração de capital especulativo (taxas de juros convidativas) rápido e volátil e o enfraquecimento das leis que regem o trabalho; favoreceram o cenário de inversão de paradigmas ocupacionais.

Gráfico 1 – Taxa de Ocupação da População Economicamente Ativa



Fonte: IBGE

O início da década deste novo século o desemprego tornou-se um fenômeno generalizado, atingindo o conjunto das classes sociais, com forte viés social, etário e de gênero, afetando com maior intensidade as famílias da massa trabalhadora urbana e a população jovem.

Tabela 3

DISTRIBUIÇÃO DA DESOCUPAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS NO BRASIL — 2001

FAIXAS ETÁRIAS	NÚMERO DE DESOCUPADOS (MIL)	S/TOTAL (%)	DESOCUPADOS NA PEA (%)
10 A 14 ANOS	326	3,1	14,4
15 A 19 ANOS	2.550	24,6	27,3
20 A 24 ANOS	2.352	22,7	18,9
25 A 29 ANOS	1.440	13,9	12,9
30 A 34 ANOS	1.049	10,1	9,9
35 A 39 ANOS	860	8,3	8,3
40 A 44 ANOS	645	6,2	7,2
45 A 49 ANOS	460	4,4	6,5
50 A 54 ANOS	316	3,0	6,0
55 A 59 ANOS	194	1,9	5,6
60 A 64 ANOS	112	1,1	5,0
65 ANOS OU MAIS	71	0,7	2,8
TOTAL	10.375	100,0	12,1

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Tabela 4

MODALIDADES DE DESOCUPAÇÃO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL — 2001

DISCRIMINAÇÃO	15 A 19 ANOS (MIL)	20 A 24 ANOS (MIL)
DESOCUPADOS NO ANO	838	1.040
DESOCUPADOS EM ANOS ANTERIORES	317	572
PROCURANDO PRIMEIRA OCUPAÇÃO	1.395	740
TOTAL	2.550	2.352

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Diante do quadro mudança da matriz da empregabilidade no Brasil, os jovens ocuparam espaço significativo na massa desempregada e subempregada. De acordo com estudos publicados pela OIT, a alta taxa de desemprego e a baixa empregabilidade, tem contribuído para o aumento da violência, da prostituição e do consumo e dependência de drogas entre os jovens, gerando um expressivo nível de vulnerabilidade social. (OIT, 2001)

As taxas de desemprego na população entre 10 e 29 anos vem aumentando de forma intensa ao longo das últimas décadas: passou de cerca de 5% em 1989 para mais de 14% em 1997. Em 1999 atingiu a média de 20%, com variações de acordo com a faixa etária, mantendo-se com pouca variação ao longo dos últimos anos. O desemprego entre os jovens é aproximadamente o triplo das taxas apresentadas pelas demais faixas de idade.

Cabe salientar que números maculam as perversas variações entre os diferentes graus de escolarização, o sexo, a etnia, bem como a origem social. Torna-se cada vez mais comum entre os adolescentes detidos por cometerem pequenos delitos, a afirmativa da ação visando a subsistência, face à falta de oportunidade de trabalho.

Brasil: Participação das Metrôpoles na Desocupação Juvenil – 2001

Tabela 5

Metrôpoles	15 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Desocupados (Mil)	% da PEA	Desocupados (Mil)	% da PEA
Grande São Paulo	383	38,3	299	20,7
Grande Rio de Janeiro	144	39,9	180	24,3
Grande Belo Horizonte	95	38,7	95	23,9
Grande Recife	61	41,8	75	29,8
Grande Salvador	55	38,2	86	28,7
Grande Fortaleza	57	36,3	60	25,3
Grande Porto Alegre	57	29,5	43	15,0
Grande Curitiba	53	31,1	42	18,1
Distrito Federal	47	44,3	49	26,3
Grande Belém	25	37,3	40	29,6
Total Brasil	2.550	27,3	2.352	18,9

Fonte: PNAD, 2001

A busca do jovem pelo emprego está pautada em duas premissas básicas: pela necessidade de exercer uma contribuição na renda familiar ou pela afirmação da autonomia (Abramo e Branco, 2005, pag. 132).

A pesquisa realizada pelo Projeto Juventude, entre dezembro de novembro de 2003, com jovens de várias cidades brasileiras, permitiu obter informações sobre a percepção dos jovens sobre o trabalho, sua importância na construção da vida e as expectativas sobre o futuro.

Em primeira abordagem fica claro que a falta de oportunidades de emprego é um dos temas que mais preocupam os jovens atualmente atingindo 52% dos entrevistados. O que se justifica tendo em vista que na sociedade em que vivemos o emprego é a garantia de acesso a vários bens e serviços.

Quando questionados sobre assuntos que mais interessam aos jovens a temática do emprego é lembrada por 37% dos entrevistados acompanhado de 38% daqueles que apontam a educação como tema mais interessante. Se para os jovens que apontam o tema educação estão aqueles interessados na educação como instrumento na busca pelo emprego, pode-se perceber a confluência de percentuais a partir do interesse despertado.

A saída da escola e entrada no mundo do trabalho são processos que ocupam o imaginário jovem a gerações.

Entretanto, conforme expresso no capítulo anterior as taxas de escolarização da juventude nas séries próprias para a formação das habilidades fundamentais para o exercício das funções laborais da atualidade são muito baixas, não obstante o quadro de ampliação das matrículas regulares e dos programas de aceleração educacional como o PROJOVEM.

Este capítulo vai abordar o desemprego juvenil no final da década e as transformações no mundo do trabalho num contexto de supervalorização do capital intelectual e na ampliação do trabalho imaterial.

1.5 – Políticas Públicas de Juventude com ênfase na Educação e no Trabalho

Relaciono abaixo algumas iniciativas do Governo Federal desenvolvidas na última década, visando responder os problemas relacionados nos tópicos anteriores nos diferentes níveis de ensino. Em outro momento merecerão análise apurada acerca de seus objetivos conjuntos. Cabe salientar que algumas destas iniciativas foram integradas ou substituídas ao longo do tempo:

Iniciativas governamentais na Educação Básica:

Tabela 6

Programa	Caracterização	Público	Responsável
Programa Mais Educação	Tem o objetivo de fomentar atividades complementares com vistas à promoção da educação integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.	Alunos da rede pública	Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Programa Escola Aberta (desde 2004)	Tem o objetivo de ampliar as relações entre escola e comunidade e o acesso às oportunidades de formação para a cidadania. O programa proporciona espaços alternativos nas escolas, aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades educacionais, esportivas, culturais, de lazer, geração de renda, informática e formação para a cidadania.	Alunos da Educação Básica da rede pública e suas comunidades, localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social.	Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD Em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com os ministérios da Cultura, do Trabalho e Emprego e do Esporte
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (desde 2004)	Distribuição de livros didáticos do ensino médio em escolas públicas. Entre 2004 e 2008 foram distribuídos cerca de 33,91 milhões de livros e outros materiais de apoio, como atlas, CDs, livros em braile, mapas e periódicos.	Alunos do ensino médio da rede pública	Ministério da Educação
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (desde 2008)	Tem o objetivo de promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência ⁷ , transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação) no sistema de ensino regular, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado, assim como a formação dos demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na		

	comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.		
Programa Benefício de Prestação Continuada – BPC8 na Escola (desde 2007)	Tem o objetivo de garantir, em caráter prioritário, o acesso e a permanência no sistema educacional de crianças e adolescentes com deficiência, por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, favorecendo seu pleno desenvolvimento e participação social.	Crianças e adolescentes com deficiência, com até 18 anos, atendidos pelo BPC.	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Ministério da Educação (MEC) Ministério da Saúde (MS) Secretaria dos Direitos Humanos Em parceria com municípios, estados e Distrito Federal.
Programa Brasil Alfabetizado (desde 2003)	Concessão de bolsas e repasse e recursos financeiros para formação de alfabetizadores, merenda, materiais escolares, pedagógicos, didáticos e de apoio ao professor e livros literários. Também realiza apoio técnico na implantação das ações do programa em municípios e estados. Abrange todo o território nacional, prioritariamente em municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% (90% estão localizados no nordeste).	Jovens, adultos e idosos	Ministério da Educação
Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) (desde 2007)	Distribuição de livros de português e matemática para alunos da alfabetização de jovens e adultos das entidades parceiras do programa.	Jovens e adultos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso ou permanência na educação básica	Ministério da Educação
Comitês de Educação em Direitos Humanos	Tem o objetivo de despertar a consciência e a atitude cidadãs para o reconhecimento dos próprios direitos e a incorporação de valores de solidariedade, tolerância e igualdade na diferença. Como principais resultados, vale destacar: instalação de 22 comitês de educação em Direitos humanos até 2010; capacitação de cerca de 165 mil pessoas entre 2008 e 2010 e realização da 5ª edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos em 2010		Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas governamentais na Educação Superior:

Tabela 7

<p>Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (desde 2007)</p>	<p>Tem como objetivo propiciar condições para que as instituições federais de ensino superior democratizem o acesso, a permanência e a realização dos cursos com sucesso por seus estudantes. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.</p>		<p>Ministério da Educação</p>
<p>Programa Universidade para Todos – ProUni (desde 2004)</p>	<p>Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, em instituições privadas de educação superior, aos estudantes de baixa renda de cursos de graduação e de cursos seqüenciais de formação específica. Em contrapartida, as instituições que aderem ao programa recebem isenção de alguns tributos.</p>	<p>Jovens com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.</p>	<p>Ministério da Educação</p>
<p>Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (desde 1999)</p>	<p>Tem o objetivo de financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições de ensino da rede privada, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.</p>		<p>Ministério da Educação</p>
<p>Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (desde 2008)</p>	<p>Tem o objetivo de garantir a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Plano oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.</p>		
<p>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Linha Ações Afirmativas</p>	<p>Tem o objetivo de estimular a renovação acadêmica e enfrentar a evasão escolar, por meio da distribuição de bolsas no valor de R\$ 300 mensais.</p>	<p>Alunos que ingressaram nas universidades públicas por meio do sistema de ações afirmativas</p>	<p>Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ Ministério</p>

(desde 2009)			da Ciência e Tecnologia
Programa Conexões de Saberes	Oferece a jovens universitários de origem popular a possibilidade de adquirir e produzir conhecimentos científicos e intervir em seu território de origem. O programa possibilita o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes, do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares. Os participantes do programa recebem apoio financeiro (bolsa de iniciação científica de R\$ 300 mensais) e metodológico. Em contrapartida, desenvolve atividades em diversos programas. Desde a sua implantação foram distribuídas 43 publicações e repassados R\$ 21.734.59,42 para instituições federais de ensino superior e atendidas cerca de 82 comunidades populares nas ações de extensão.		Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad)
Projeto Rondon	A iniciativa é um projeto de integração social das instituições de ensino superior, que envolve a participação voluntária de jovens universitários que elaboram propostas que contribuam para a solução ou atenuação das deficiências estruturais locais, para ampliação do bem-estar das comunidades assistidas e para a formação dos universitários como cidadãos. As ações são realizadas durante as férias acadêmicas, sob a supervisão dos professores.	Alunos das instituições de ensino superior	Ministério da Defesa, em parceria entre diversos Ministérios, o apoio das Forças Armadas e a colaboração dos governos estaduais e municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não- Governamentais e da Sociedade Civil
Programa de Acessibilidade na Educação Superior	Tem o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, que respondem pela organização de ações que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, melhorando o acesso a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.		

- Iniciativas que visam à capacitação profissional e/ou à ampliação da escolaridade:

Tabela 8

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Integrado (desde 2008)	Projovem Adolescente	Tem como objetivos favorecer o convívio familiar e comunitário e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O programa integra a obrigatoriedade da frequência escolar com atividades socioeducativas, que incluem formação geral para o mundo do trabalho, oficinas de arte, cultura e esporte e lazer, bem como o desenho de um projeto de participação cidadã a ser desenvolvido pelos jovens.	Jovens de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social; egressos de medidas socioeducativas de internação ou que estejam em cumprimento de outras medidas desta natureza; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
	Projovem Campo	Qualificação profissional inicial em produção rural e a escolarização, respeitando as características e as necessidades culturais, territoriais e produtivas dos povos do campo.	Jovens agricultores de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.	Ministério da Educação
	Projovem Trabalhador	Tem o objetivo de preparar jovens para o mercado de trabalho para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho. O programa é composto pelas submodalidades: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Escola de Fábrica.		
	Projovem Urbano	Tem o objetivo de proporcionar formação integral aos jovens, buscando sua reinserção escolar e profissional, por meio da integração entre a formação básica, tendo em vista a conclusão do ensino	Jovens de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental.	Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

		fundamental; a qualificação profissional, com certificação de formação inicial, e a participação cidadã, com desenvolvimento de experiências de atuação social na comunidade.		
Plano Setorial de Qualificação – Planse Q (desde 2004)		É orientado ao atendimento transversal de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sociais.		Ministério do Trabalho e Emprego
Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (desde 2005)		Tem o objetivo de ampliar o número de vagas em cursos de educação profissional. O programa tem como princípio educativo o trabalho, a partir da proposta de integração da educação profissional à educação básica, visando à superação da dualidade trabalho manual e intelectual.	Jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, que dela foram excluídos precocemente ou que estão em defasagem idade/série	Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

- Iniciativas que visam à ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho:.

Tabela 9

Programa	Ações	Caracterização	Público	Responsável
Sistema Nacional de Emprego (SINE)		Tem o objetivo de (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho, através da implantação de serviços e agências de colocação e do desenvolvimento de ações com este fim.	Trabalhadores em geral.	Ministério do Trabalho e Emprego
Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER)		Tem o objetivo de promover mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda.	Trabalhadores em geral.	Ministério do Trabalho e Emprego
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) (desde 2003)	Programa Nossa Primeira Terra	Tem o objetivo de apoiar os que não têm terra para que possam adquiri-la por meio de crédito, assim como àqueles que a possuem em pequena quantidade, a fim de que possam permanecer no meio rural e investir em uma propriedade.	Atinge 150 mil jovens	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF Jovem	Tem o objetivo de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. No âmbito deste programa, foi criada uma linha de crédito especial destinada à juventude, o PRONAF Jovem.	Jovens agricultores familiares de 16 a 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância; que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio; ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de, no mínimo, 100 horas. 22	Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.6 - Programas de Transferência de Renda e sua relação com Educação e Trabalho

O Brasil, nos idos de 90, diante dos índices ampliados de pobreza presente de forma diferenciada por todo o território nacional, no ápice da implementação das políticas de natureza neoliberal, iniciou um debate acerca da implementação de um Sistema de Proteção Social. Dentre as ações que possibilitariam o êxito neste sistema estariam os Programas de Transferência de Renda para a população em situação de pobreza e extrema pobreza. Entendam-se Programas de Transferência de Renda como aqueles programas públicos, das três esferas de governo, que direcionam recursos para as populações mais pobres com vistas a amenizar de forma imediata problemas sociais.

O prof^a. Maria Ozanira Silva e Silva, reconhecida pesquisadora do assunto, divide a trajetória deste debate quanto aos Programas de Transferência de Renda no Brasil em momentos.

O primeiro momento se dá com a incorporação do debate sobre Programas de Renda Mínima, iniciado em 1991, quando da apresentação do Projeto de Lei no. 80/1991 do senador Eduardo Suplicy¹, no Senado Federal, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima. As experiências com programas de garantia de renda mínima surgem nos países desenvolvidos, durante o século XX, à medida que vai se consolidando o Estado de bem-estar social (Welfare States), período de grande participação dos Estados Nacionais no fomento as necessidades básicas da população. A proposta do senador Suplicy, ao contrário daqueles que defendiam o atendimento prioritário aos mais pobres, previa o beneficiamento a todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com uma renda que correspondesse, atualmente, acerca de 2,25 salários mínimos, isto é, previa uma parcela populacional maior para o atendimento. (Silva e Silva, 2006, pag. 27)

O segundo momento, ainda no ano de 1991, incorpora à proposição do prof. José Marcio Camargo² sobre a necessidade de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação, isto é, redireciona o debate apresentado pelo senador Suplicy no tocante a renda mínima individual e propõe que a família seja a unidade básica de atenção desses programas. (Silva e Silva, 2006, pag. 27)

Prof^a Ozanira aponta o terceiro momento como tendo sido iniciado em 1995 com o advento das primeiras iniciativas de Programas de Renda Mínima vinculada a educação (alguns já denominados Bolsa Escola), inicialmente em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, estendendo-se para várias outras cidades e Estados brasileiros. A primeira iniciativa federal se deu em 1996, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Benefício de Prestação Continuada. (Silva e Silva, 2006, pag. 27)

O quarto momento de implementação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil iniciou-se em 2001, no âmbito federal, com a criação do Programa Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação. Não obstante a ampliação dos recursos aportados nestes programas, sua abrangência nacional e o número de famílias pobres atendidas, este momento ficou marcado pelo retorno e/ou intensificação do debate quanto a implantação de uma renda mínima para todos os brasileiros como um direito de cidadania. O Senador Eduardo Suplicy lança seu livro Renda de Cidadania, em 2002, reafirmando a importância da renda mínima para todos. (SILVA E SILVA, 2006. p 28)

O ano de 2003 marca o quinto momento, quando da assunção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que estabeleceu como ação prioritária do seu governo o enfrentamento a fome e a pobreza, elegendo as políticas sociais cujo foco permitiu uma ação mais direta na resolução dos problemas. Desta forma lançou a proposta de unificação dos Programas de Transferência de Renda com a criação do Programa Bolsa Família e outras iniciativas.

Registrou-se a elevação dos recursos orçamentários destinados a esses Programas; foi aprovado e sancionado o Projeto de Lei n. 266/2001 do Senador Eduardo Suplicy, instituindo uma Renda Básica de Cidadania e foi criado, em janeiro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição ao Ministério da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. (SILVA E SILVA, 2006. p 28)

A constituição brasileira permitiu a configuração de um sistema legal que, com a sua plena implementação, pode garantir um Sistema de Proteção Social amplo e universal. As garantias de educação, saúde, previdência e assistência presentes na carta magna com suas respectivas responsabilidades federativas são hoje um marco de frustração para a maioria de seus beneficiários, tendo em vista que os serviços públicos não funcionam a contento. Os Programas de Transferência de Renda, como parte integrante do sistema de assistência social brasileiro, após anos de aprimoramento, vem causando impactos de natureza econômica e social em diversas regiões do país.

...a implementação descentralizada desses Programas; a transferência monetária direta para os beneficiários; a admissão da Família enquanto unidade de atenção social; a unificação dos programas; a proposta de articulação de políticas compensatórias com políticas estruturantes e a obrigatoriedade do cumprimento de condicionalidades por parte dos beneficiários, o que imprimiu ao Sistema Brasileiro de Proteção Social novo padrão, novo conteúdo, nova dinâmica, mas também novos desafios. (SILVA E SILVA, 2006. p 28)

Ao longo dos governos do Presidente Fernando Henrique e do Presidente Lula programas federais de estímulo a escolarização e a qualificação para o trabalho, baseados em iniciativas foram criados visando atender a demanda da juventude brasileira, leia-se jovens, pobres, de regiões periféricas com idade entre 15 e 29 anos. Uma boa parte destes projetos, como expressos anteriormente, instituiu uma bolsa auxílio ao jovens beneficiários do programa, onde, para o recebimento do respectivo valor o jovem deveria cumprir alguma condicionalidade.

O PROJOVEM se enquadra dentro do rol de programas voltados ao público jovem, no caso com vistas a escolarização e a qualificação para o trabalho, com o dispositivo da bolsa auxílio para seus participantes.

O capítulo seguinte discorrerá sobre o PROJOVEM e seu papel como Programa de Transferência de Renda.

Capítulo 2 – O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM

2.1 – Justificativa

O início dos anos 2000 ficou marcado, a partir das iniciativas públicas, pela percepção da vulnerabilidade de uma parcela significativa da juventude brasileira no tocante às mazelas sociais.

A população jovem representava naquele momento 20% do total da população brasileira, conforme dados do Censo 2000 e da PNAD 2003 (IBGE). Esse percentual correspondia a cerca de 34 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos e entre eles 23,4 milhões eram jovens de 18 a 24 anos de idade.

Dentre os jovens de 18 a 24 anos alguns dados relacionados ao contexto educacional chamaram a atenção:

- Apenas 7,9 milhões (34%) estavam frequentando a escola.
- Quase 5% (753,4 mil) eram analfabetos.
- Pouco mais de um terço (5,4 milhões = 35,3%) não havia concluído sequer o Ensino Fundamental.
- Apenas 547 mil (3,5%) haviam curado pelo menos um ano do Ensino Superior.

(PROJOVEM, 2010, pag. 14)

No tocante ao mercado de trabalho 60% dos jovens declaravam exercer algum tipo de ocupação, na sua ampla maioria atividades de natureza informais, e 13% reconhecidamente desempregados, na sua maioria mulheres (PROJOVEM, 2010, pag. 14).

A avaliação quanto ao elevado número de jovens que abandonaram os bancos escolares nas primeiras séries do Ensino Fundamental, bem como, a percepção do expressivo número de jovens em idade superior a ideal para as séries do ciclo inicial escolar, motivou ao governo na gestão do Presidente Lula a mobilizar as esferas de gestão federal com vistas a amenizar tais problemas.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) foi criado em 2005 por intermédio da lei federal nº 11.129/2005 que também cria a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. A iniciativa partiu do aprofundamento do debate no Grupo Interministerial da Juventude, criado em 2004 e formado por 19 ministérios e secretarias específicas para traçar uma análise da situação da juventude e propor uma Política Nacional de Juventude.

O programa visava ampliar os anos de escolarização dessa parcela de jovens com idade entre 18 e 24 anos de forma a garantir sua melhor inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

O formato original do programa, editado entre 2005 e 2007, previa atender os jovens na idade descrita, que tivessem cursado pelo menos as primeiras quatro séries e no máximo a oitava série incompleta do Ensino Fundamental, e que residissem nas capitais e suas respectivas regiões metropolitanas. A região delimitada permitiria atender, diante das condições apresentadas, aproximadamente um milhão de jovens (PROJOVEM, 2010, pag. 14).

Não obstante a importância de garantir a retomada dos estudos de uma parcela expressiva de jovens excluídos, era necessário desenvolver um programa que atendesse as expectativas dos interessados quanto ao método, visto que muitos abandonam a escola por não se sentirem atraídos pela mesma.

Era urgente, portanto, devolver a esses milhares de jovens a oportunidade de retomar o seu itinerário formativo, de prosseguir nos estudos, desenvolver aptidões e exercer a cidadania. Essa intervenção precisava ser rápida, ter um formato atraente para os jovens e ser eficaz como concretização de um processo educativo comprometido com a transformação social. (PROJOVEM, 2010, pag. 9)

Assim, o programa buscou aliar inovação pedagógica, por meio do seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), qualificação profissional e ações de interesse público. A retomada dos estudos, a preparação para o trabalho e a prática cidadã.

Aliado a isso foi instituída uma bolsa de R\$ 100,00 a título de auxílio financeiro a cada um dos jovens participantes, não sendo possível o acúmulo direto com recursos em programas de mesma natureza.

Em 2008, face a avaliação de êxito do Programa; entre os dados que corroboram esta premissa está o número de alunos que foram atendidos pelo Programa no Brasil de 240.000 jovens (a meta era de atender 200.000 jovens – PROJOVEM, 2010 PAG.41); foram instituídas alterações por meio da Lei 11.692/2008, visando ampliar os perfil dos jovens atendidos, aprimorar o processo de gestão e subdividir em modalidades de forma a valorizar diferentes perfis juvenis e seus ambientes de inserção.

A execução e a gestão do PROJOVEM passaram a ser realizadas em parceria da Secretaria Geral da Presidência da República com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O PROJOVEM foi subdividido em modalidades 4 modalidades:

- I - PROJOVEM Adolescente - Serviço Socioeducativo;
- II - PROJOVEM Urbano;
- III - PROJOVEM Campo - Saberes da Terra; e
- IV - PROJOVEM Trabalhador.

O PROJOVEM Adolescente foi direcionado aos jovens de 15 a 17 anos de idade pertencentes as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ou jovens egressos de medida sócio educativas. Esta modalidade ficou sob a administração do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

PROJOVEM Campo - Saberes da Terra tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, possibilitando a conclusão do ensino fundamental utilizando-se da modalidade de educação de jovens e adultos. Os beneficiários são a jovens com idade entre 18 e 29 anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental. Cabe ao Ministério da Educação fazer o acompanhamento desta modalidade do Programa.

PROJOVEM Trabalhador direciona seus esforços para a qualificação de jovens com idade entre 18 e 29 anos, em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo. O objetivo prioritário do Programa é preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção. Sua coordenação fica a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego.

O PROJOVEM Urbano manteve-se como um Programa de busca pela elevação da escolaridade com exercício da cidadania, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias. Contudo, a idade de seus participantes foi elevada, atendendo jovens de 18 e 29 anos, bem como, a exigência de escolaridade foi reduzida possibilitando àqueles jovens simplesmente alfabetizados possam participar. O PROJOVEM Urbano, gerenciado pela Secretaria Geral da Presidência da República, é a modalidade objeto deste trabalho de investigação.

2.2 – Objetivos

O objeto deste trabalho acadêmico é avaliar um dos aspectos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM na modalidade PROJOVEM/Urbano.

Conforme citado anteriormente o PROJOVEM/Urbano visa promover a inclusão social dos jovens de 18 a 29 anos que, mesmo de alfabetizados, não concluíram o ensino

fundamental, buscando sua aproximação com o universo educacional e, concomitantemente, sua qualificação para o mundo do trabalho, possibilitando melhores oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal e social.

O ProJovem/Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre:

- Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;
- Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

(website do ProJovem/Urbano)

Neste novo momento do Programa, diante do impacto proposto inicialmente e a perspectiva de ampliação no caso de êxito (o que pelo número de inscritos e formados se consumou), o Programa ampliou o espectro de alunos atendidos seja pela idade, seja pelo histórico escolar, e ao mesmo tempo lançou um desafio de compartilhar a gestão com os municípios. Defino como desafio pois permitiu que os municípios avaliassem a melhor distribuição das vagas e da organização da infra-estrutura de acordo com suas demandas específicas, seja no caráter educativo, seja no contexto da qualificação profissional, seja nas atividades de interação comunitária.

A elevação da escolaridade foi baseada num curso de 18 meses cujo currículo proposto foi subdividido em Unidades Formativas que se estabelecem como eixos que delimitam os conteúdos e as respectivas organizações de tópicos. Com uma pedagogia de interação e um ambiente estimulante é possível o desenvolvimento de habilidades iniciais e pequenas noções de cada tema proposto.

Eixos estruturantes do ProJovem Urbano:

- Unidade Formativa I - Juventude e Cultura
- Unidade Formativa II - Juventude e Cidade
- Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa IV - Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa V - Juventude e Tecnologia
- Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania

(website do ProJovem/Urbano)

O fato de promover uma pedagogia específica e conteúdos direcionados não exime os alunos de serem avaliados nas competências próprias de qualquer aluno do Ensino Fundamental. Sendo assim, o processo avaliativo é feito por meio de avaliações externas, Avaliação Diagnóstica e Exames Nacionais Externos, coordenadas por Universidades que se responsabilizam por uma ou um conjunto de Unidades Federativas.

No tocante a Qualificação Profissional, diante do “contexto de exigências” do mercado de trabalho atual, do período limitado do Programa e da infra-estrutura disponível, a formação se estabelece como uma iniciação ao trabalho, utilizando-se dos chamados Arcos Ocupacionais.

A definição quanto aos Arcos Ocupacionais a serem apresentados aos jovens participantes leva em consideração o cenário das ofertas de emprego locais de forma a garantir a efetiva inserção dos concluintes no meio trabalhista. O Projeto oferece 22 opções de Arcos Ocupacionais que vão desde atividades ligadas ao setor de serviços, comércio, indústria, cultura e lazer ao setor turismo.

Outra face do PROJOVEM/Urbano são as ações de natureza assistencial o chamado Plano de Ação Comunitária – PLA onde é disseminada a idéia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem na prática. A proposta se baseia na organização de um mapa com as principais demandas sociais locais, preferencialmente que sejam relacionadas a realidade dos jovens participantes, que permita uma interação no sentido de minimizar tais realidades. A base do PLA é estimular o trabalho cooperativo e a responsabilidade solidária do conjunto de alunos.

2.3 – A bolsa auxílio

Uma parcela considerável das Políticas Públicas de Juventude voltadas para a aceleração educacional e a formação para o trabalho adotam a transferência de renda para os participantes por meio da concessão de uma bolsa auxílio.

A particularidade destes programas em relação a outros Programas de Transferência de Renda é que os jovens são beneficiários diretos dos recursos, o que não se assemelha com programas de maior envergadura como o Programa Bolsa Família, que não obstante tenha outros objetivos e direcionamentos, dispensa os recursos para a família por intermédio das mães.

As bolsas auxílio são instituídas nas Políticas Públicas de Juventude através de lei, estabelecendo valor e, por vezes, condicionalidades para seu recebimento. No caso do PROJOVEM a lei nº11.692 no art.6º não expõe objetivos e condicionalidades para o direcionamento aos jovens.

Diante do advento dos auxílios financeiros nas Políticas Públicas de Juventude fica uma pergunta para o entendimento de sua iniciativa: qual o motivo principal para a inclusão da bolsa auxílio nos programas de educação e trabalho?

Diriam alguns que a bolsa seria uma forma de ajuda àqueles jovens de perfil reconhecidamente pobre, isto é, com renda familiar abaixo do mínimo necessário para a subsistência básica, objeto das políticas em questão. Sendo esta a justificativa preponderante, não obstante sua nobreza de princípio, fica outra pergunta: qual o parâmetro de definição para os valores tão díspares presentes nas bolsas de programas por vezes de mesma natureza? Que tipo de problema vinculado a pobreza se quer atender, tendo em vista que o objetivo dos programas de educação e trabalho estão relacionados a formação?

Algumas avaliações já empreendidas apontam o quanto essa renda é importante para esses jovens, principalmente para apoio e, ao mesmo tempo, independência em relação à família. ” (Sposito e Corrochano, 2005, pag. 159)

Para os que acreditam que o auxílio financeiro se estabelece como um estímulo a participação, a dúvida suscitada se baseia no por que do estabelecimento de condicionalidades, tais como realização de tarefas ou percentual de frequência as aulas? Na lógica do estímulo como um direito, as condicionalidades ferem as prerrogativas do jovem como cidadão que opta por participar do Programa voluntariamente. (Silva e Silva, 2006, pag. 29)

Embora o montante auferido seja percebido mais como “privilégio” do que como direito, ele constitui um dos principais motivos, ainda que não o único, para a permanência dos jovens nos programas.” (Sposito e Corrochano, 2005, pag. 160)

Outros podem alegar que as condicionalidades relacionadas a práticas de ação cidadã, estimulam a consciência dos jovens em relação aos problemas sociais e desestimulam a percepção meramente assistencialista do recurso.

Grande parte dos gestores consideram que, para romper com a idéia da filantropia ou do assistencialismo, as iniciativas de transferência de renda demandam do indivíduo ações que estimulem seu engajamento ativo, eliminando riscos de sujeição ou atitudes de “dependência” em relação ao Estado. (Sposito e Corrochano, 2005, pag. 160)

O PROJOVEM direciona aos jovens participantes uma bolsa auxílio de R\$ 100,00 e estabeleceu a partir de documentos internos que aqueles que comprovarem o mínimo de 75% de frequência e a realização dos exames de avaliação externa, levantamento possível graças ao seu sistema de monitoramento, fariam jus ao recebimento do recurso.

2.4 - O PROJOVEM como um Programa de Transferência de Renda para Jovens

Diante da inexistência de uma definição que restrinja o entendimento de que todo programa que distribua recurso de maneira direta a seus participantes por meio de auxílio seja um Programa de Transferência de Renda, este trabalho acadêmico afirma que o PROJOVEM pode ser enquadrado na referida categoria.

Vale salientar que o Conselho Nacional de Juventude, quando da edição do caderno Reflexões Sobre A Política Nacional De Juventude 2003-2010, também considera o PROJOVEM como um Programa de Transferência de Renda.

21. Ampliar e fortalecer programas de transferência de renda, principalmente o PROJOVEM e suas modalidades. (CNJ, 2011, pag. 47)

O PROJOVEM não é a primeira Política Pública de Juventude que incorpora a ação da distribuição de recurso por meio de bolsa auxílio. Outros programas estaduais e federais editados anteriormente já haviam utilizado este mecanismo.

Sendo este programa gestado com objeto de responder os índices educacionais e trabalhistas como apresentados no capítulo 1, o debate acerca da percepção da bolsa auxílio no tocante a lógica de autonomia dos jovens na sua percepção e utilização é pertinente diante daqueles que poderiam questionar se PROJOVEM configura-se como uma política de natureza compensatória ou emancipatória?

Se o Programa ganha um caráter compensatório é fundamental o aprofundamento na teoria do Prof. Marcio Pochmann¹ de que todo jovem pobre, em idade escolar, deve receber uma bolsa auxílio como forma de possibilitar a dedicação integral aos estudos, de forma a garantir sua maior escolarização sem a interrupção para a busca ao mercado de trabalho. Tal afirmativa leva em consideração que os jovens de classe média e os jovens ricos tem a possibilidade de voltar-se integralmente aos estudos com o resguardo familiar para suas necessidades de consumo satisfeitas.

Fica o questionamento quanto a busca pelo trabalho por parte dos jovens pobres se restringe ao seu valor monetário para a subsistência?

Sendo o PROJOVEM um programa eminentemente emancipatório, isto é, que estabelece condições para o público alvo, ao término de sua edição, alçar socialmente meios de inserir-se no mercado de trabalho com iguais condições dos demais, faz da bolsa auxílio um item dispensável na organização da proposta do Programa.

O objetivo deste trabalho é investigar o olhar dos jovens beneficiários para a bolsa auxílio de forma a dar subsídios para o entendimento do seu papel e permitir o aprofundamento do debate quanto a presença e características em outras Políticas Públicas de Juventude.

Capítulo 3 – Jovens do PROJOVEM: Perfil, Trajetória e o Papel da Bolsa Auxílio

3.1 - A proposta Metodológica

A proposta metodológica construída para a execução desta investigação considerou a importância de traçar um perfil sócio-econômico dos jovens alunos integrantes do programa, suas opiniões gerais sobre a bolsa auxílio, bem como a relação deste recurso com sua vida cotidiana.

Para tanto, num primeiro momento foi construído um questionário de pesquisa, com base no Questionário do Aluno original do PROJOVEM/Urbano com pequenas modificações e acréscimos, a ser aplicado em pelo menos uma turma de cada escola do Município de Belford Roxo com a presença do programa. O questionário foi constituído por 47 perguntas, sendo 38 fechadas, seis abertas (autodeclaradas) e três mistas.

Esta aferição quantitativa permitiu traçar um panorama das opiniões de uma parcela dos jovens beneficiários do projeto, seja por meio das respostas objetivas seja por meio das respostas abertas estimuladas.

Para um segundo momento a proposta metodológica previu a realização de entrevistas com um pequeno grupo de alunos de alguma das escolas pesquisadas na análise quantitativa, com vistas a problematizar alguns pontos vistos como fundamentais no entendimento da opinião sobre a bolsa auxílio junto ao PROJOVEM.

Os relatos permitirão dirimir dúvidas e aprofundar a percepção de algumas respostas do conjunto dos alunos. Contudo, cabe salientar que o *survey* proposto na primeira etapa da pesquisa não buscou identificar nominalmente os alunos que participaram da pesquisa e o convite para as entrevistas foi aberto a uma das escolas pesquisadas para um grupo pequeno de alunos, sem categorizá-los por gênero, raça ou qualquer outra variável.

3.2 – O PROJOVEM em Belford Roxo e a cidade de Belford Roxo

O PROJOVEM/Urbano como um projeto que se propõe a atender uma população jovem mais atingida pelo processo de exclusão, desigualdade social e de baixa qualidade de vida, tem que atender a municípios com um forte perfil de pobreza como da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os indicadores nacionais e internacionais de desigualdade social, historicamente, sempre apontaram a região da chamada Baixada Fluminense, como um “bolsão” de grandes necessidades de aporte de recursos públicos no sentido de minimizar suas mazelas sociais.

Índices de infra-estrutura urbana como saneamento básico, calçamento de ruas e distribuição de água potável, números referentes as demandas de saúde, educação, transporte, assistência social e cultura sempre destacaram os municípios que compõem esta região do Estado como “esquecidas” pelo poder público nas suas diferentes esferas de decisão.

Discutir o impacto da bolsa auxílio do PROJOVEM/Urbano não faria o menor sentido se não mirássemos um olhar especial para a região onde este recurso diminuto poderia representar tanto, não por meio de seu valor monetário, simplesmente, mas como uma política de assistência efetiva para os que pouco vislumbram de oportunidades.

O município de Belford Roxo, município escolhido para análise do programa que ensejou neste trabalho, conta com uma população de 469.332 habitantes (censo de 2010 do IBGE) distribuídos por 226.757 homens e 242.575 mulheres. Dentre a população jovem, cuja idade abrange dos 15 e 29 anos, temos 59.701 homens e 61.422 mulheres.

O município pode ser considerado novo em idade, tendo em vista que foi emancipado do Município de Nova Iguaçu em 1990. Essa emancipação não representou uma ampliação efetiva na vocação econômica do município que se estabeleceu, desde sua fundação, como uma região industrial. O reflexo se dá na sua estrutura de arrecadação e na oferta de empregos formais para seus habitantes.

A renda média da população de Belford Roxo é de R\$ 182,33 (a média nacional é de R\$ 632,00) o que estabelece a incidência da pobreza (índice do IBGE) de 60,06%, numa escala de 0 a 100, colocando o município entre os mais pobres do Estado do Rio de Janeiro.

O município ficou mundialmente notabilizado nos anos 80 como o município mais violento do mundo, ainda figura dentre aqueles que mais matam. De acordo com o Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros 2008, publicado pela UNESCO, Belford Roxo encontra-se na 111ª posição entre os municípios com maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil habitantes) na população total, dados colhido no ano de 2006.

No tocante a mortalidade juvenil, entre os 100 municípios com as maiores taxas médias de homicídio na população jovem em 2006, Belford Roxo ocupa o 52º lugar. Num país com mais de 5000 municípios a presença da cidade nestas estatísticas não enche de orgulho sua população.

No item educação a cidade de Belford Roxo também não ostenta números passíveis de elogios. Conforme tabelas, em anexo, a relação idade-série, os índices de fluxo, eficiência e qualidade expressam um quadro de problemas e necessidades.

Tabela 10 - Matrículas

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Belford Roxo (2009)	1.835	5.172	43.089	37.928	17.423

Fonte: MEC/INEP

A relação idade-série, isto é, a relação da idade dita ideal para a absorção do conteúdo pedagógico proposto para aquela série escolar, mostra que mais da metade dos estudantes do município de Belford Roxo estão em distorção ao padrão estabelecido pelo Ministério da Educação.

O abandono escolar, tal como nos demais municípios do país, se acentua no ingresso ao ensino médio. Pesquisas realizadas por diferentes instituições mostram que a gravidez, precoce, a busca pelo mercado de trabalho, o desinteresse pelo conteúdo proposto pela escola são os motivos mais apresentados como justificativa para o abandono do ambiente escolar.

Tabela 11 - Fluxo e Eficiência

	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Taxa de distorção idade-série (2009)	28,7 %	45,1 %	53,7 %
Taxa de abandono (2009)	4,7 %	9,4 %	19,8 %
Taxa de aprovação (2009)	82,1 %	70,1 %	63,3 %
Taxa de reprovação (2009)	13,2 %	20,5 %	16,9 %

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

Os índices de aprovação e reprovação apresentados vão de encontro aos índices de qualidade aferidos pelo MEC. Enquanto o município atesta sua eficiência regular aprovando aproximadamente 70% dos alunos do Ensino Fundamental e 60% do Ensino Médio (cabe ressaltar que são redes escolares diferentes) os dados da Prova Brasil e do IDEB mostram um desempenho abaixo da média.

Qualidade

Tabela 11 - Prova Brasil (desempenho médio)

	4ª/5ª EF - Port.	4ª/5ª EF - Mat.	8ª/9ª EF - Port.	8ª/9ª EF - Mat.
Belford Roxo (2009)	167,7	182,8	231,4	230,5

Fonte: MEC/INEP

A Prova Brasil é uma avaliação realizada a cada dois anos pelo Ministério da Educação. Ela mede o desempenho dos alunos da 4ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática nas escolas públicas e urbanas.

A pontuação mínima estabelecida pelo Todos Pela Educação como adequada a cada série é:
 - 4ª série - Língua Portuguesa: 200 pontos; Matemática: 225 pontos
 - 8ª série - Língua Portuguesa: 275 pontos; Matemática: 300 pontos

Índices

Tabela 12 - IDEB

	Ens. Fundamental - anos iniciais	Ens. Fundamental - anos finais	Ensino Médio
Belford Roxo (2009)	3,6	3,0	-
Brasil (2009)	4,6	4,0	3,6

Fonte: MEC/INEP

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 1 a 10, e o objetivo do MEC é que o Brasil alcance o Ideb 6, no Ensino Fundamental I, até 2022.

Para o Ensino Fundamental, os dados do Brasil e Regiões englobam escolas públicas (urbanas e rurais) e escolas privadas (urbanas e rurais). Para as Unidades da Federação foram consideradas as escolas públicas (urbanas e rurais) e escolas privadas (urbanas e rurais), com exceção dos estados da Região Norte, em que a rede privada não foi incluída por questões amostrais. Para municípios foram consideradas apenas as escolas públicas no cálculo do Ideb.

Para o Ensino Médio, os dados do Brasil e Regiões englobam escolas públicas e particulares da zona urbana. Para as Unidades da Federação foram consideradas as escolas públicas e privadas da zona urbana, com exceção dos estados da Região Norte, em que a rede privada não foi incluída por questões amostrais. Para o Ensino Médio, o Ideb só pode ser calculado para Unidade da Federação, Região e Brasil.

Os dados por Escola, se referem às escolas públicas que oferecem Ensino Fundamental regular e possuam pelo menos 20 alunos matriculados nas séries avaliadas (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano), conforme declaração prestada ao Censo Escolar.

Muitos são os projetos e programas nacionais que são “apresentados” aos municípios nos diferentes Ministérios e Secretarias Federais. Diante da escassez de recursos nos municípios, uma boa parcela destas iniciativas são absorvidas pelas cidades com vistas, inclusive, a serem incorporadas como iniciativas das mesmas.

O PROJOVEM/Urbano configura-se como um destes programas proposto pela Secretaria de Juventude do Governo Federal, apoiados pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, o que corrobora os princípios básicos de atendimento a educação, a formação para o trabalho, o atendimento comunitário e a assistência de seus integrantes.

Os dados apresentados no capítulo anterior sobre a realidade do município em questão, justificam a escolha de Belford Roxo como beneficiário do programa.

Diante do exposto e da relação político-partidária do Prefeito do Município, o município de Belford Roxo abraçou o PROJOVEM/Urbano para além de ser mais uma iniciativa do Governo Federal em seu território. O programa foi atendido com equipe própria, infra-estrutura e logística, integração com a rede de escolas municipais, acordo com as

empresa de transporte público para atendimento aos alunos do programa, alimentação e atividades lúdicas.

De acordo com a coordenadora do programa no município esse nova etapa do PROJOVEM conta com 600 inscritos nas 7 unidades que compõem o núcleo. Deste contingente de alunos, cerca de 400 frequentam as aulas, mesmo que de forma irregular. O município alocou o programa no turno noturno, de forma a garantir o atendimento no espaço disponível.

O perfil dos alunos é de maioria feminina. Muitas participam das aulas com os filhos pequenos, sob a alegação de terem dificuldade de deixar seus filhos em casa.

3.3 – A coleta de dados

De posse da informação de que o PROJOVEM/Urbano de Belford Roxo seria uma boa opção de investigação diante da acessibilidade, estrutura de organização e perfil dos jovens participantes, definimos inicialmente que o universo a ser pesquisado seria de no máximo 200 jovens.

O número se estabeleceu diante da boa representatividade no conjunto de alunos do núcleo de Belford Roxo, mostrou-se uma amostra expressiva para a análise proposta e de planejamento mais viável. Mas como garantir esse número de alunos no total de 7 escolas com o projeto funcionando?

Decidimos fazer a pesquisa em pelo menos uma turma por escola com uma média de 30 alunos por turma. A ida ao “campo” mostrou que a prática seria mais difícil que a teoria.

Com a oferta de transporte por parte da Coordenação do Programa o acesso as unidades escolares ficou facilitado, pelo menos no quesito deslocamento pelo município. A partir daí, estabelecemos uma previsão de visitas a pelo menos duas escolas por dia, o que demandaria de 3 a 4 dias de trabalho.

O período pesquisado foi o mês de março, após o carnaval, excepcionalmente comemorado no mesmo mês, naquele ano de 2011.

Data marcada, me desloquei com o veículo da Prefeitura e em companhia do Prof. Marcio Hilário (meu irmão e auxiliar naquela tarefa) as três primeiras escolas agendadas. De início fui informado que a primeira escola em dia de chuva ficaria inacessível, visto que o esgoto toma conta do pátio principal. Chegando por volta das 17 horas, fui convidado a aguardar a chegada dos alunos, visto que o início das aulas estava previsto para as 18 horas e antes seria servido o jantar.

A expectativa dos alunos era grande tendo em vista que a Coordenação não informou com exatidão o objeto da pesquisa.

A estratégia para “aplicar” um questionário com 47 perguntas para uma turma de no mínimo 30 jovens foi o de ler em voz alta, pergunta a pergunta, lentamente. O método se mostrou eficaz para boa parte dos jovens, com algumas exceções. Graças a presença de um auxiliar foi possível atender àqueles que não conseguiam entender das perguntas mais simples às mais complexas.

Uma parcela considerável dos alunos do PROJOVEM/Urbano, tendo em vista que o pré-requisito de ingresso no programa é o de ser alfabetizado, sequer consegue ler um texto. A coleta das informações da pesquisa exigiu uma boa dose de paciência.

No mesmo dia duas outras escolas foram visitadas e mais um grupo de alunos pesquisados. O cenário foi o mesmo: dificuldade de entendimento de alguns jovens com as palavras e uma retração em expor sua opinião sobre determinados assuntos contidos no questionário.

Problemas de natureza pessoal me impediram de fazer a pesquisa nas demais 4 escolas nos dias seguintes. Fui ao encontro de dois jovens universitários, Marcos e Roberta (**tenho que inserir os sobrenomes**), solicitar auxílio na busca pelos dados da pesquisa.

Após entendimentos com a Coordenação do programa sobre datas e transporte, Marcos e Roberta foram às escolas que faltavam com a informação de que não seria fácil. Ambos relataram algumas preocupações quanto a áreas dominadas pelo crime organizado, onde a presença do automóvel oficial facilitaria o acesso sem maiores problemas. Entretanto, mesmo diante desta garantia foram desestimulados a transitar pela região após anoitecer.

Ao todo foram colhidos 169 questionários, vale destacar que alguns alunos se recusaram a preencher sem explicitar os motivos, e dentre aqueles que responderam foi verificado que algumas perguntas foram deixadas sem resposta. Nada que tenha influenciado sobremaneira na tabulação final.

3.5 – A análise dos dados coletados no questionário

O questionário de pesquisa proposto para este trabalho foi baseado no “Questionário do Aluno” produzido pela Coordenação Nacional do PROJOVEM/Urbano a ser respondido pelos alunos.

Algumas alterações e outras inclusões permitiram direcionar as questões para o propósito da investigação.

O questionário aborda da primeira pergunta até a de número 35, informações pertinentes ao perfil sócio-econômico do aluno, com perguntas sobre desempenho educacional, constituição familiar, condições de moradia, bens patrimoniais, trabalho, religião e engajamento institucional.

A partir da pergunta de número 35 até a pergunta de número 45, o questionário direciona sua abordagem para a bolsa auxílio do PROJOVEM/Urbano. Tais perguntas suscitam informações sobre a importância da bolsa auxílio na vida dos jovens e a forma como é empregado no cotidiano.

A pergunta de número 46 é importante para o entendimento da percepção dos alunos acerca do recebimento da bolsa auxílio, independentemente do valor em questão.

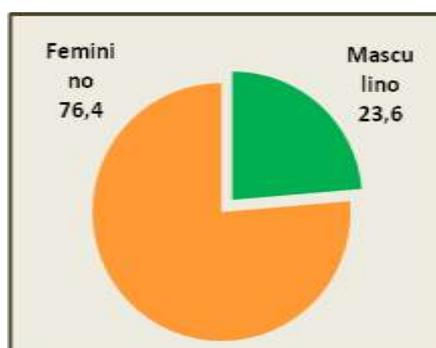
Algumas perguntas abertas estão tabuladas a partir de sua maior incidência.

Na avaliação das respostas apresentadas pelos alunos do PROJOVEM Urbano do núcleo Belford Roxo (RJ) fiz uma comparação com uma pesquisa de mesma natureza feita, no ano de 2010, pela Coordenação Nacional do Programa, utilizando-se do “Questionário do Aluno” e publicada por meio do Caderno Temático – Perfil e Percepções dos Alunos do PROJOVEM Urbano - Setembro/2008 – Dezembro/2009. A pesquisa nacional foi dividida em 3 diferentes momentos (denominados *survey* ou “entradas”) com diferentes Núcleos e participantes. Para a comparação em questão me utilizei dos dados da 1ª pesquisa (entrada) com 24 núcleos e aproximadamente 70 mil jovens.

A pesquisa, objeto desta dissertação, abrange um universo de 169 jovens inseridos no PROJOVEM/Urbano, oriundos do município de Belford Roxo, conforme apresentado no Gráfico do Anexo I.

O estudo mostra que mais de $\frac{1}{4}$ dos alunos que participaram deste diagnóstico são mulheres (76,4%) enquanto que 23,6% representam o percentual masculino. O que delinea um quadro eminentemente feminino. Na avaliação do gênero dos participantes a pesquisa nacional apresentou 66,7% de mulheres contra 33,3% de homens (Caderno PROJOVEM, pag. 13), o que corrobora a ampla participação feminina também em nível nacional.

Gráfico 2. Sexo (%)

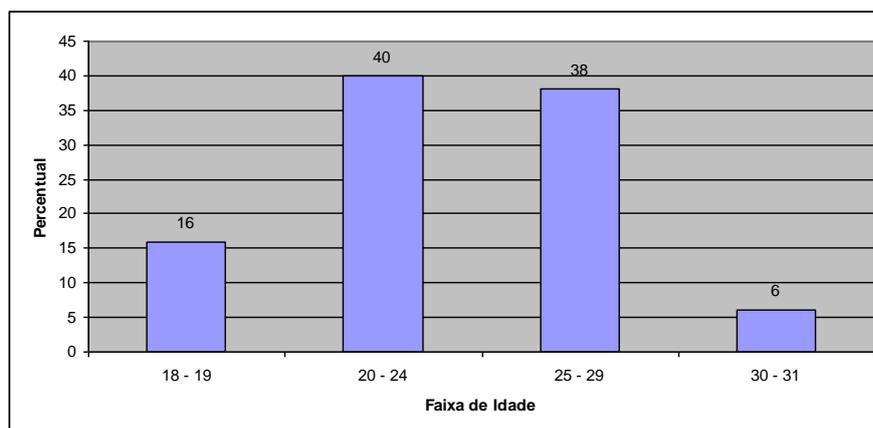


Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Quando perguntado aos alunos da pesquisa como se consideram, mais de $\frac{1}{4}$ declararam-se como pardos ou negros, sendo 40,9% como pardo e 36,6% como negro, seguidos de, aproximadamente, 16% de participantes que se declararam como brancos (Gráfico 15 do Anexo I). Vale destacar o percentual de discentes que não sabe ou prefere não responder tal questão, 1,8% dos declarantes. E, como esperado, o baixo índice de alunos que assinalam como indígenas (0,6%). No tocante a cor ou raça a pesquisa nacional apresentou na 1ª entrada 23,3% de negros, 49,6% de pardos e 19,7 de brancos (Caderno PROJOVEM, pag.18). A juventude da Baixada Fluminense declarou-se mais pertencente ao contingente de negros.

A idade dos alunos do Programa em Belford Roxo gira majoritariamente entre 20 e 29 anos. A Pesquisa Nacional também apresentou uma maior incidência de alunos acima dos 20 anos. No caso dos alunos daqueles núcleos 38,4% também possuem entre 25 e 29 anos de idade (Caderno PROJOVEM, pag. 14), o que indica um acerto na ampliação da faixa etária do Programa visando atender esta demanda.

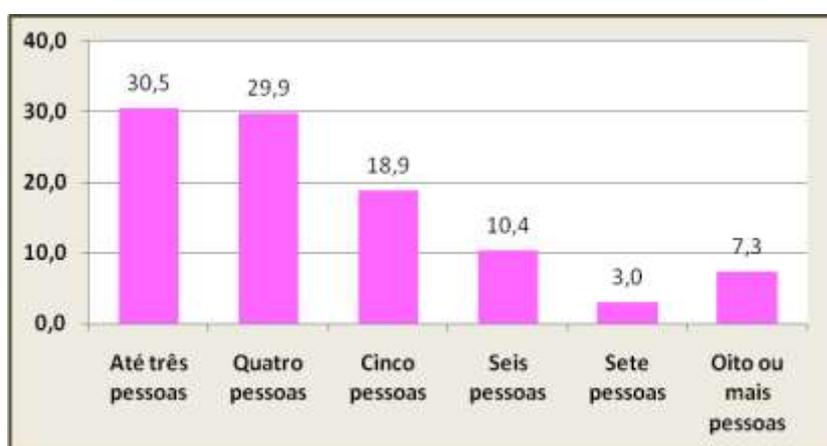
Gráfico 3 . Idade dos alunos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

A pesquisa também procurou investigar a composição e o núcleo familiar dos alunos. Por meio desta notou-se que a composição familiar dos alunos tem entre três (30,5%) e quatro (29,9%) pessoas que compõem o núcleo residencial. Destaca-se também a quantidade de alunos oriundos de famílias numerosas, composta por seis ou mais indivíduos com aproximadamente 21% das respostas. Fato também apresentado na Pesquisa Nacional onde 47,2% dos jovens vivem em famílias com 5 ou mais pessoas contando com o próprio estudante (Caderno PROJOVEM, pag. 22).

Gráfico 4. Quantidade de pessoas que compõem o núcleo residencial (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

As questões seguintes referem-se às figuras paterna e materna, dado relevante nas novas organizações familiares onde diferentes núcleos familiares coabitam em mesmo espaço familiar físico.

Uma pergunta que nos auxiliou na montar da composição familiar deste jovem foi saber se o aluno reside com o pai, constatou-se que mais de 1/5 declararam não morar com a figura paterna (Gráfico 16 do Anexo I).

Outra constatação foi a de jovens que não residem com a figura materna, pois 65,6% dos discentes assinalaram não morar com a mãe (Gráfico 17 do Anexo I). Avaliando por meio da Pesquisa Nacional quem são as pessoas que residem junto aos alunos os dados nacionais mostram que pais e cônjuges são parte integrante do arranjo familiar.

Jovens que não residem nem com os pais e nem com os cônjuges 19,4% e jovens em que apenas a mãe mora no mesmo domicílio são 14,9%. Aqueles que residem com pai e mãe correspondem a 14,5%. (Caderno PROJOVEM, pag. 26)

Um grande percentual de jovens declarou possuir irmão(s), cerca de 86% das respostas. (Gráfico 18 do Anexo I)

Dos 85,8% de jovens que declararam ter irmão(s), temos que aproximadamente 18% dos alunos possuem quatro irmãos, mostrando um elevado percentual de jovens oriundos de famílias numerosas. No tocante ao número de irmãos dos jovens integrantes do curso, 36,1% afirmaram ter 5 ou mais irmãos e 70% afirmaram ter mais de 3 irmãos o que corrobora as suas famílias numerosas. (Caderno PROJOVEM, pag. 25)

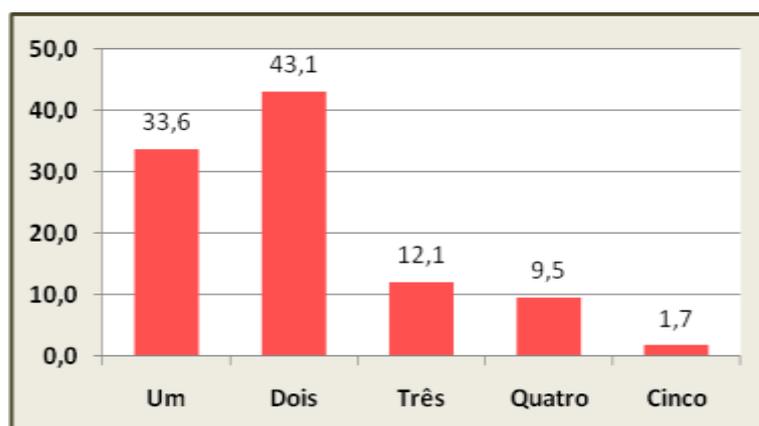
Os dados que fazem referência a formação de núcleos familiares é a presença de jovens que atestaram residir com companheiro/conjuge e a presença de filho(s). A pesquisa mostra que um pouco mais da $\frac{1}{2}$ dos discentes residem com companheiro/ conjuge (56,6%).(Gráfico 20 do Anexo I)

Dando continuidade aos elementos que compõe a formação do núcleo familiar destes jovens temos que, um pouco mais de, $\frac{1}{4}$ não possui filho(s). Já 71,3% dos alunos assinalaram ter filho(s) (Gráfico 21 do Anexo I).

Dos entrevistados na Pesquisa Nacional, 39,3% afirmam morar apenas com cônjuge ou companheiro. Este número apresenta um cenário dos jovens como responsáveis ou parceiros dos responsáveis pelo domicílio. (Caderno PROJOVEM, pag. 26)

Dos 71,3% de alunos que declararam ter filhos 43,1% possuem dois filhos; 33,6% possuem um filho; 12,1% três filhos; 9,5% quatro filhos e 1,7% cinco filhos.

Gráfico 5. Quantidade de filhos (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Outra observação também aferida pela pesquisa refere-se ao grau de instrução da mãe dos alunos. A maioria das mães dos discentes sabe ler e escrever (78,3%); 19,9% não sabe ler e escrever e 1,8% dos alunos não souberam dizer. (Gráfico 22 do Anexo I)

Quanto a escolaridade da mãe os dados se mostram que 23% dos alunos não sabem até que série sua mãe estudou. Há uma diferença percentual nos gráficos 22 e 23 no tocante aos conhecimentos da mãe. Segundo as respostas 19,9% (gráfico 22) das mães nunca estudaram, contudo, somente 15,5% (gráfico 23) foram apontadas como analfabetas. Pode ser o caso de mulheres que aprenderam a ler por meio de outras formas que não a escolarizada.

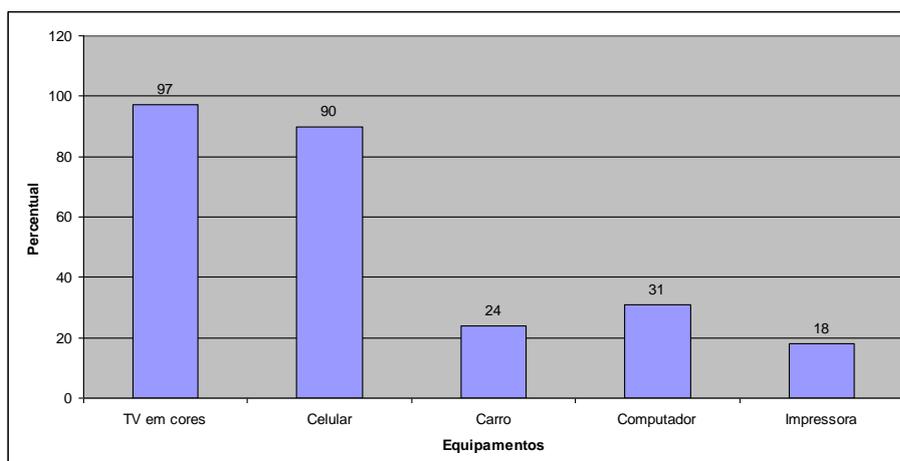
Em relação ao grau de escolaridade da mãe, dentre os alunos que conhecem a trajetória acadêmica da mesma (61,5%), observamos que um percentual significativo, aproximadamente 50% destas, possuem entre a 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental; 1/6 dos discentes assinalaram que suas mães pararam de estudar entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental (33,3%); 12,1% 1ª ao 3ª série do Ensino Médio e 5,1% até a faculdade. (Gráfico 24 do Anexo I)

Dentre os itens que podem influenciar o desempenho escolar está o grau de escolaridade dos pais. Pelo levantamento feito com os alunos na Pesquisa Nacional 72,8% afirmaram que suas mães sabem ler e escrever. Quando questionado a série que a mãe estudou, 67,7% das mães dos alunos afirmaram ter estudado o ensino fundamental completo, 18% nunca haviam estudado e 29,9% tinham até a quarta série do ensino fundamental. Apenas 9,6% chegaram ao ensino médio e 1,8% ao ensino superior (Caderno PROJOVEM, pag. 36).

A pesquisa aferiu que 84% dos alunos responderam que possuem aparelho telefônico móvel, o que corrobora a avaliação da ampliação do acesso ao serviço (Gráfico 25 do Anexo I). Em relação a posse de eletrodoméstico em sua residência, 97,5% dos discentes assinalaram que possuem geladeira (Gráfico 26 do Anexo I).

No tocante aos bens de consumo na Pesquisa Nacional 95% afirmaram ter televisão colorida em casa. Quanto a geladeira 85% afirmaram possuir. Os percentuais caem consideravelmente quando se refere a automóveis e computadores. No primeiro survey aplicado 13% dos alunos afirmaram ter automóvel e 13% afirmaram ter computador em casa. Daqueles que informaram possuir computador, metade afirmou ter impressora (Caderno PROJOVEM, pag. 33).

Gráfico 6. Equipamentos que possuem em casa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

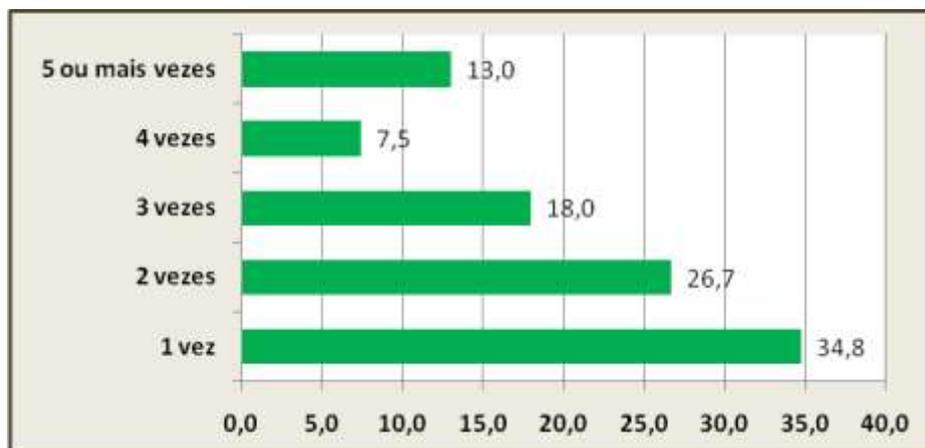
A conectividade a rede mundial de computadores é própria da geração atual, consideradas as proporções de acesso a partir das suas possibilidades. Dentre os alunos do PROJOVEM Urbano, na Pesquisa Nacional, 54% afirmaram ter acesso a internet, o que fazem predominantemente fora do ambiente de suas casas e da escola (Caderno PROJOVEM, pag. 34).

A era da comunicação móvel é consolidada a partir dos dados de acesso dos jovens ao telefone celular. Cerca de 67% dos alunos do Programa afirmaram possuir o aparelho (Caderno PROJOVEM, pag. 34).

O presente estudo também analisou dados relativos à vida escolar dos pesquisados. Observa-se, por meio do gráfico abaixo, que cerca de 2/3 dos educandos iniciaram sua vida escolar na idade prevista (66,3%). Quanto a trajetória do aluno na Pesquisa Nacional 53,5% iniciou os estudos os estudos com 6 ou mais anos de idade, o que é denominado como idade corrente para tal. Dentre aqueles que informaram ter iniciado com 7 anos ou mais temos 26,4%. A partir de 8 anos o acumulado apresentou um percentual de 20% (Caderno PROJOVEM, pag. 37).

Quanto a frequência com que o aluno começou e parou de estudar antes do término do período letivo notou-se que 34,8% assinalaram uma vez; 26,7% duas vezes; 18% três vezes; 7,5% quatro vezes e um percentual significativo de discentes declararam cinco ou mais vezes (13%).

Gráfico 7. Frequência com que começou e parou de estudar antes do término do período letivo (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

O PROJOVEM Urbano se configura como um Programa de aceleração escolar e tem como premissa atender aos jovens que interromperam seus estudos nas primeiras séries do Ensino Fundamental. É mister perceber que as trajetórias escolares dos jovens inscritos incluem reprovações, abandono e possíveis tentativas de retorno em diferentes momentos da vida (Caderno PROJOVEM, pag. 39).

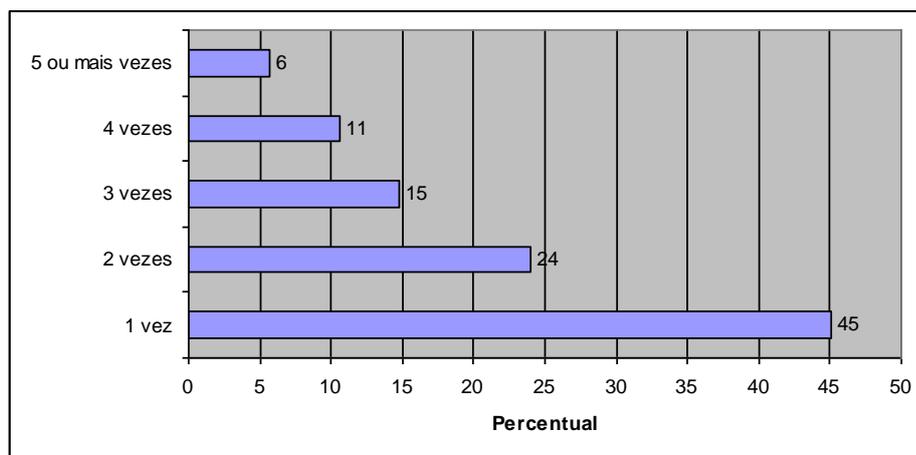
No município de Belford Roxo, em relação a última série do Ensino Fundamental concluída com aprovação, visualiza-se que cerca de 31% dos alunos concluíram a 5ª série; 23% a 6ª série e 22,4% a 7ª série (Gráfico 30 do Anexo I).

No quesito abandono escolar 11% dos alunos de outros núcleos pelo país afirmaram nunca ter abandonado os estudos, entre aqueles que abandonaram 1 ou 2 vezes juntos somam 50%. (Caderno PROJOVEM, pag. 38)

Dos alunos entrevistados pelo país na sua maioria indicavam ter estudado pelo menos até a 5ª, 6ª e 7ª séries, cada uma delas com percentual próximo de 24% (pag. 81). A 6ª série 24,9% e a 4ª série completa 18,7% (Caderno PROJOVEM, pag. 43).

Quanto ao número de reprovações a Pesquisa Nacional concluiu que 22,4% afirmaram nunca terem sido reprovados, reprovados uma vez 23% e reprovados 2 vezes 24%. Se levarmos em consideração o acumulado mais de 70 tiveram reprovação na sua trajetória escolar (Caderno PROJOVEM, pag.38).

Gráfico 8 – Reprovação escolar



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Dentre os alunos do PROJOVEM Urbano 21% nunca tinham alçado um trabalho remunerado, 14,8% trabalhavam por conta própria, 18,8% empregados sem carteira assinada e 10,1% com carteira assinada (Caderno PROJOVEM, pag. 45).

As condições de trabalho têm relação direta com a renda auferida do mesmo. Cerca de 46,5% dos alunos da Pesquisa Nacional apresentaram renda na faixa de $\frac{1}{2}$ do salário mínimo. Entre $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo 39,1%. Aqueles com salário entre 1 e 3 mínimos giraram em torno de 17,9% (Caderno PROJOVEM, pag. 46).

No universo daqueles que não exerciam trabalho remunerado na época de ingresso no PROJOVEM Urbano 32% chegaram a trabalhar em 2009, 28% exerceram sua atividade um ano antes de ingresso no programa e 13% estava a 5 anos sem atividade remunerada (Caderno PROJOVEM, pag.47)

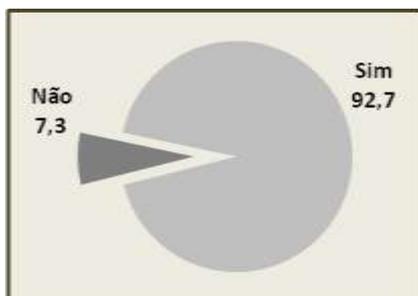
Outro tópico cotejado por este trabalho é o tempo de moradia dos alunos em seu atual município. Um expressivo índice de educandos assinalou morar cinco anos ou mais em seu atual município, 82% (Gráfico 38 do Anexo I).

O estudo também cotejou o trabalho como voluntário por parte dos alunos em alguma instituição observou-se que apenas 16,7% declararam que já exerceram trabalhos voluntários (Gráfico 33 do Anexo I).

Ao serem levantadas informações sobre a Bolsa auxílio, verificou-se que um pouco mais de 83% dos alunos recebem o auxílio financeiro regularmente todos os meses (Gráfico 43 do Anexo I). Tal informação não foi aprofundada no tocante a ser um problema de natureza administrativa ou escolar.

No que tange a participação do aluno no Programa sem a ajuda da bolsa auxílio temos que apenas 7,3% dos discentes que alegam que não participariam do Projovem Urbano caso não existisse a bolsa.

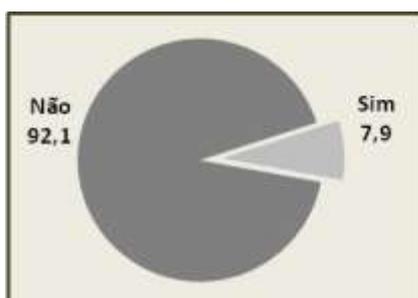
Gráfico 9. Você participaria do PROJOVEM caso não existisse a bolsa auxílio?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Ao serem abordados sobre a possibilidade de deixar de buscar um trabalho remunerado para receber o auxílio financeiro o estudo aferiu que, um pouco, mais de 92% dos alunos declararam que não necessitaram.

Gráfico 10. Busca de trabalho remunerado X Recebimento da bolsa auxílio (%)



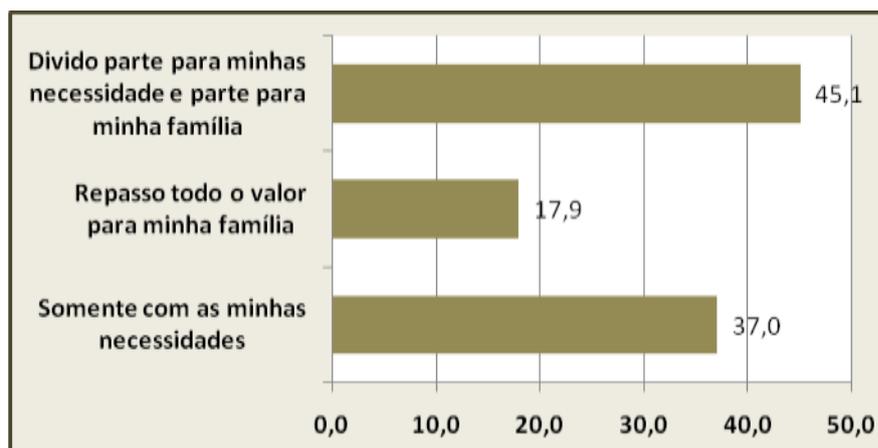
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

A pesquisa também procurou entender a afinidade entre o aluno e sua família após o recebimento da bolsa auxílio do Projovem Urbano; 85,7% dos educandos declararam que sua relação com os familiares não mudou por estar recebendo o auxílio financeiro (Gráfico 44 do Anexo I).

O estudo constatou que 88% dos alunos não possuem problemas nas relações de amizade por estarem recebendo o auxílio financeiro do Programa (Gráfico 45 do Anexo I).

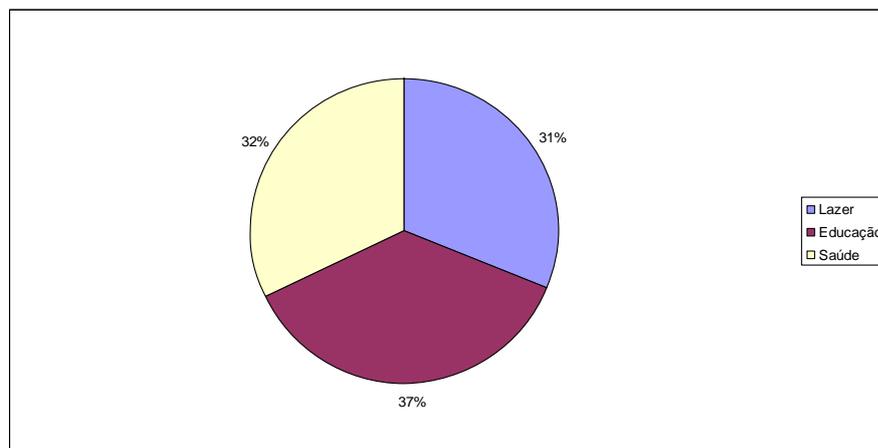
Este trabalho buscou compreender a forma com que os alunos utilizam a bolsa auxílio. Temos que 45,1% dividem parte para as necessidades pessoais e parte para a família; 37% declararam que gastam somente com suas próprias necessidades e 17,9% repassam o valor integral do auxílio para a família.

Gráfico 11. Utilização da bolsa auxílio (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 12 – Como o aluno gasta a bolsa auxílio



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

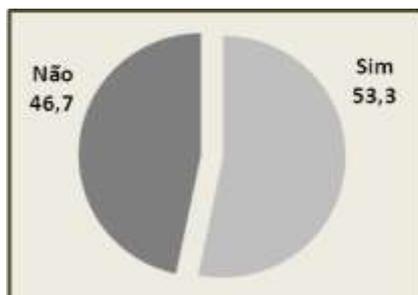
Outra preocupação da pesquisa concerne a aplicação/investimento do auxílio financeiro, 88,3% dos discentes não fazem nenhum tipo de poupança com a bolsa auxílio (Gráfico 46 do Anexo I).

Quanto ao gasto da bolsa auxílio do Programa com transportes 84,2% dos educandos assinalaram que não fazem uso para despesas com transportes para irem a aula do Projovem (Gráfico 47 do Anexo I).

Em relação a alimentação temos que 70,4% dos alunos responderam que não há dispendio do auxílio financeiro para estarem na aula do Projovem Urbano (Gráfico 48 do Anexo I).

As opiniões dos alunos ficaram divididas quanto ao recebimento de auxílio financeiro para todos os estudantes de Ensino Fundamental e Médio do ensino regular; 53,3% assinalaram que sim e 46,7% que não.

Gráfico 13. Você acha que todos os estudantes de Ensino Fundamental e Médio deveriam receber uma bolsa auxílio para estudar (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Os valores abaixo relacionados aparecem na pergunta de nº 47 do questionário, onde questiona “Quanto você acha que deveria ser o valor ideal da bolsa auxílio?”. Não obstante ser possível planilhar as incidências de cada resposta, sendo esta uma pergunta aberta, mantive o quadro abaixo para possibilitar a visualização de todas as respostas apresentadas. Pode-se perceber que poucas são aquelas que extrapolam o valor pago hoje e muitas concordam com o valor pago.

3.6 – Entrevistas

A segunda etapa do processo de produção de dados foi a realização de entrevistas nos moldes de entrevista estruturada com perguntas oriundas do questionário base mas na busca de problematizar, mesmo que de forma bem insipiente, as respostas dadas.

Foram entrevistados 5 jovens da Escola Municipal Tenente Mozart Pereira dos Santos escolhidos a partir de convite do coordenador do PROJOVEM local. Responderam ao convite 4 meninas e 1 rapaz.

Foram escolhidas 10 perguntas a partir do questionário base da pesquisa privilegiando as perguntas acerca da bolsa auxílio, objeto desta investigação.

Quando questionados sobre as suas impressões quanto ao Programa foi unânime a satisfação com a oportunidade de voltarem a estudar tendo em vista os diferentes motivos que levaram ao afastamento dos estudos regulares. Entretanto, alguns ressaltam as dificuldades de permanecer ao longo da jornada e que o fator preponderante para a permanência era a dedicação dos professores. Vale destacar que mesmo durante o período de coleta de dados, por meio do questionário na primeira etapa, a dedicação dos docentes era apresentada como um diferencial na experiência em curso.

Foi bom. Os professores me ajudaram bastante. Teve muita gente que desistiu mas os professores não me deixavam desistir nunca. Ligavam. Mandavam e-mail. Meu irmão faleceu na época em que eu estava fazendo o curso. Pensei em desistir mas os professores insistiam pra eu continuar. Mariana (Anexo III, pag 95)

Ser jovem em Belford Roxo, na visão da maioria dos entrevistados, é bem difícil tendo em vista a escassez de oportunidades de educação, trabalho, lazer e cultura, o que os expõe as propostas do mundo do crime. Contudo, na visão de Jaqueline e Monique as oportunidades existem mas a efetiva adesão depende diretamente dos esforços de cada jovem em buscá-las.

Hoje tem áreas de lazer e cursos oferecidos. Mas os jovens tem que buscar. Na minha comunidade já vi vários jovens morrerem por conta do tráfico. De uns 7 anos para cá mudou muita coisa. Mesmo que o jovem tenha tudo se não tiver uma boa família não adianta. Jaqueline (Anexo III, pag 95)

Pra quem quer tem opções de atividade. Casa da Cultura, Vila Olímpica. Pra quem quer curtir a noite não tem nada. Muito tráfico. Monique (Anexo III, pag 97)

A bolsa auxílio é conhecida pelo apelido de “benefício”, talvez por estabelecer alguma analogia com as bolsas de outros Programas de Transferência de Renda. Todos os entrevistados receberam regularmente o recurso. Já na pesquisa quantitativa foi perguntado se a bolsa fazia alguma diferença na definição entre fazer ou não fazer parte do PROJOVEM. Naquele momento 92,7% (Anexo II, pag. 86) dos jovens entrevistados disseram que sim, que fariam o curso mesmo sem a bolsa. Na entrevista quantitativa tal afirmativa foi ratificada,

acompanhada dos motivos que levou cada um a ingressar no Programa. A aluna Ana Paula faz uma observação quanto a frequência dos demais colegas que se ampliava na medida em que chegavam as datas das provas, pois esta presença era a garantia da permanência no sistema integrado e, conseqüentemente, a continuação do recebendo do dinheiro.

Os R\$100,00 foram importantes porque muitos vieram por causa do dinheiro. Quando era época de prova a escola ficava cheia, em dia normal era vazio. Ana Paula (Anexo III, pag 94)

A rotina dos alunos entrevistados não mudou por causa da bolsa auxílio mas a existência deste recurso possibilitou agregar mais valor nas contabilidade residencial. De acordo com o relatado a bolsa tornou possível o auxílio no orçamento familiar visto que a maioria apontou a ajuda em casa como o emprego do recurso.

A bolsa auxílio é um benefício que se propunha a ser um auxílio para o pagamento de despesas básicas de todos os alunos indistintamente, desde que cumprissem os requisitos de frequência e aprovação. Perguntados se todos os alunos das escolas de ensino fundamental e médio deveriam receber também, todos afirmaram que não concordam. Para os alunos entrevistados, a bolsa poderia desestimular a procura do Programa com o intuito do estudo, isto é, para os mesmos não se deveria “pagar para estudar” mas ser uma obrigação. Na visão dos alunos inquiridos o recurso está vinculado ao desempenho, onde aqueles que não tem uma regularidade de presença e dedicação não deveriam merecer o recurso.

Não. Porque nem todo mundo vai para aprender. Nem todo mundo merecia. Ana Paula (Anexo III, pag 94)

Não. Quando eu estudava, antes do PROJOVEM, nunca tive bolsa. Essa bolsa foi um incentivo mas se repetir de ano não recebe mais. Jaqueline (Anexo III, pag 95)

Acho que não. Você tem que estudar porque é preciso e não porque vai receber uma bolsa. Se fosse pra estudar em período integral até valeria a pena mas meio período as pessoas devem procurar um trabalho. Eu trabalhava em casa de família mas parei. Mariana (Anexo III, pag 95)

Não. Porque muitos alunos não vinham para estudar e sim pela bolsa. Se não tivesse a bolsa ou eles se esforçariam mais nos estudos ou nem viessem para o PROJOVEM. (Mariana, Anexo III, pag 95)

Isso é relativo. Depende. Porque querendo ou não fica muito aluno aqui interessado só nesses R\$ 100,00. Começou com uns 250 alunos, a escola tava cheia. Com decorrer do tempo foram sumindo. Depois uns sumiam por sumir, outros conseguiam trabalho ficava mais difícil, outras viraram mães e tinha muito aluno só interessado no dinheiro.

Não vou negar que seria bom que tivesse. Se colocarem no Fundamental e no Médio não adianta que sobe... Dinheiro todo mundo quer. Sem ter não conseguem evoluir, com dinheiro... Com dinheiro ele vai ter pra gastar... Pra alguns pode ser importante. Rafael

O Programa pode não ter despertado em todos os alunos que iniciaram o curso o interesse pelos estudos mas fica claro nas entrevistas que aqueles que concluíram se sentiram estimulados a dar continuidade a vida escolar com vistas a melhoria das suas condições de vida.

4 – Considerações Finais

As primeiras considerações acerca da pesquisa permitem atestar a pertinência do Programa diante da realidade das Políticas de Educação e Trabalho no Brasil e traçar um perfil do jovem integrante do PROJOVEM Urbano em Belford Roxo muito similar aos jovens participantes em diversos núcleos do Brasil.

Mesmo considerando as diferenças regionais (a Pesquisa Nacional não apontou a relação de núcleos pesquisados em cada “entrada”), as características de sociais e econômicas dos alunos despertaram a percepção do acerto na reconfiguração do Programa no tocante a ampliação da idade de seus participantes e na redução das exigências de escolarização. Esta observação leva em consideração a existência de demanda para tais modificações e não seu efetivo funcionamento.

O PROJOVEM Urbano é um programa majoritariamente feminino, onde na Baixada Fluminense como em outras partes do país, as mulheres estão em busca de participação efetiva e qualificada no mercado de trabalho. Esta postura corrobora não só a demografia atual que aponta um número crescente de mulheres na faixa etária pesquisada como sua participação na manutenção familiar por meio de auxílio financeiro oriundo do trabalho.

Tais quais as estatísticas do IBGE apontam para a população negra e parda como sendo em maior número nas regiões mais pobres do país e de menor escolaridade, sendo o PROJOVEM um programa de aceleração educacional, é natural perceber que no tocante a cor e raça a predominância de jovens negros e pardos se dêem em todas as pesquisas.

Para aqueles que acreditam que as Políticas Educacionais voltadas para o ensino das séries iniciais de jovens e adultos tem menor relevância do que a organização da rede regular de ensino, o grande número de jovens atendidos pelo PROJOVEM urbano na faixa etária que vai de 20 a 29 anos mostra que há de se investir em tal modalidade. Como dito anteriormente, houve acerto na ampliação do espectro etário do Programa e na implementação de novas metodologias de ensino e currículo adequado para o público alvo.

Estes jovens mostraram que fazem parte de famílias cujo núcleo de formação e manutenção passa por eles. Mesmo se configurando como grupos numéricos elevados, com 4 ou mais irmãos, moram com seus respectivos companheiros e não mais com os pais. Possuem 2 ou mais filhos e um histórico familiar de interrupção na vida educacional.

Esse histórico irregular de participação educacional dos familiares pode não contribuir como estímulo para sua permanência na escola, bem como para garantir seu bom desempenho. A maioria dos jovens participantes do PROJOVEM Urbano abandonou os estudos na 5ª série do Ensino Fundamental após, pelo menos, 1 reprovação ou abandono. Fato

corroborado por suas mães que, na maioria dos casos, estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental.

O consumo de bens duráveis dos alunos do PROJOVEM não foge a regra da realidade nacional conforme apontam as pesquisas. Televisão colorida, geladeira e telefone celular fazem parte da realidade da ampla maioria dos jovens. O automóvel e o computador ainda fazem parte dos sonhos de consumo de muitos. Vale destacar que mesmo com um baixo índice de posse de computadores em casa, a maioria dos jovens do Programa acessa a internet regularmente por meio dos espaços públicos de conexão, o que corrobora o fato desta geração perceber a importância e a necessidade desta ferramenta de comunicação e entretenimento. Contudo, a escola deveria ter um papel de maior relevância neste contato com a web como instituição privilegiada para direcionar esta ferramenta como instrumento de ensino.

A importância da bolsa auxílio para os jovens, no seu aspecto financeiro, pode ser medida pela análise da renda auferida pelo trabalho do jovem e dos membros de sua família na construção da renda familiar. A grande maioria daqueles que já trabalham possuem empregos precários, isto é, sem carteira assinada, ou trabalha por conta própria. Os rendimentos destas atividades remuneradas não passam de um salário mínimo, sendo a sua maioria menos de ½ salário mínimo.

A contar que o salário mínimo no Brasil hoje gira em torno de R\$ 500,00, a bolsa auxílio de R\$100,00 não se estabelece como um recurso de valor desprezível na composição da renda familiar. Renda familiar que é declarada por boa parte dos jovens gira em torno de ½ a 1 salário mínimo. A relevância do valor monetário da bolsa pode ser reconhecida quando os alunos dizem que utilizam a mesma para suprir suas necessidades e ainda a de seus familiares. Somente metade dos alunos diz receber outro auxílio público.

Mesmo diante da constatação da importância da bolsa auxílio para a vida cotidiana de seus participantes, ela não se mostrou como diferencial na decisão de participar do Programa e nem para a sua permanência. De acordo com a Pesquisa Nacional o recebimento da bolsa foi o 5º motivo para a participação no mesmo, seguido da busca pela qualificação profissional, a obtenção de diploma do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e a obtenção de conhecimentos de informática (pag. 59). Na pesquisa do PROJOVEM Belford Roxo a quase totalidade dos alunos apontou que o recebimento da bolsa auxílio não foi o diferencial para integrar o Programa.

Isso permite perceber que para os críticos dos Programas de Transferência de Renda como sendo políticas assistenciais geração de dependência, os jovens da Baixada Fluminense apontaram não deixar de procurar emprego ou trabalho remunerado pelo fato de receber a

bolsa auxílio. O que corrobora a tese de que na cabeça daqueles jovens a bolsa não tem um caráter de desestímulo para o ingresso no mercado de trabalho.

As suas relações sociais não se modificaram com o recebimento da bolsa auxílio o que reafirma a importância do valor trabalho na sua aceitação e convivência social. Mesmo direcionando uma parcela do recurso para as necessidades familiares nem todos concordam com a manutenção deste incentivo para outros jovens na mesma condição de estudante. Quase metade dos jovens acredita que não deveria ser uma prática para todos os estudantes da rede pública de ensino.

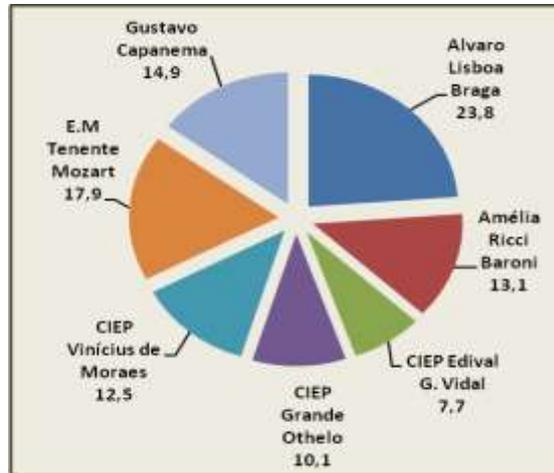
Este é um item que merece aprofundamento, dentre outros. Se sou beneficiário de recurso e faço uso do mesmo na manutenção dos meus gastos pessoais e familiares, por que não acredito que deveria ser um benefício ampliado?

5 - Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Sistema de ensino e sistema de pensamento*. In: _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- BOUDON, Raymond. *A desigualdade das oportunidades*. Brasília: Editora UNB, 1981.
- CASTRO, Jorge Abrahão, AQUINO, Luseni Maria C. & ANDRADE, Carla Coelho de. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma de fazer políticas: Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.
- CORROCHANO, Carla; SPOSITO, Marília Pontes. *A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil*. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, 2005.
- NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- POCHMANN, Marcio. *Políticas de inclusão social: resultados e avaliação*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- _____. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 77-105, Jan./Abr. 2005
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e, YAZBEK, Maria Carmelita & POUCHMANN, Marcio. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal*. *Revista Educação e Realidade*, 2008.
- Relatório final do PROJOVEM Original, 2005-2008. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2010.
- LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005
- LEI Nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008.
- Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011.
- Caderno Temático – Perfil e Percepções dos Alunos do PROJOVEM Urbano. Conselho Nacional de Juventude, 2010.

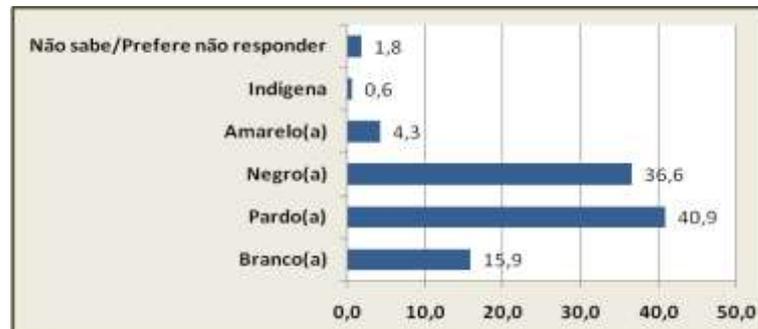
Anexo I: Gráficos

Gráfico 14. Escolas participantes (%)



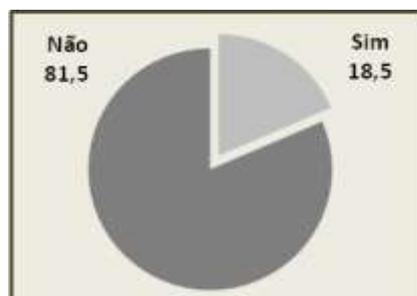
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 15. Cor/raça (%)



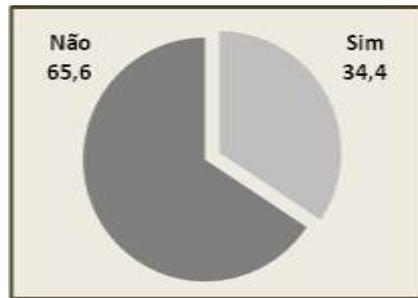
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 16. Jovens que residem com o pai (%)



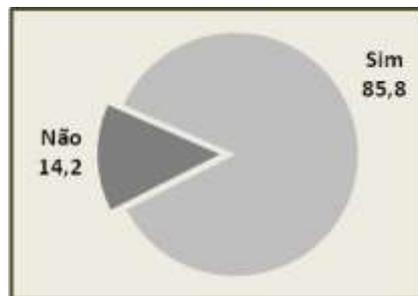
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 17. Jovens que residem com a mãe (%)



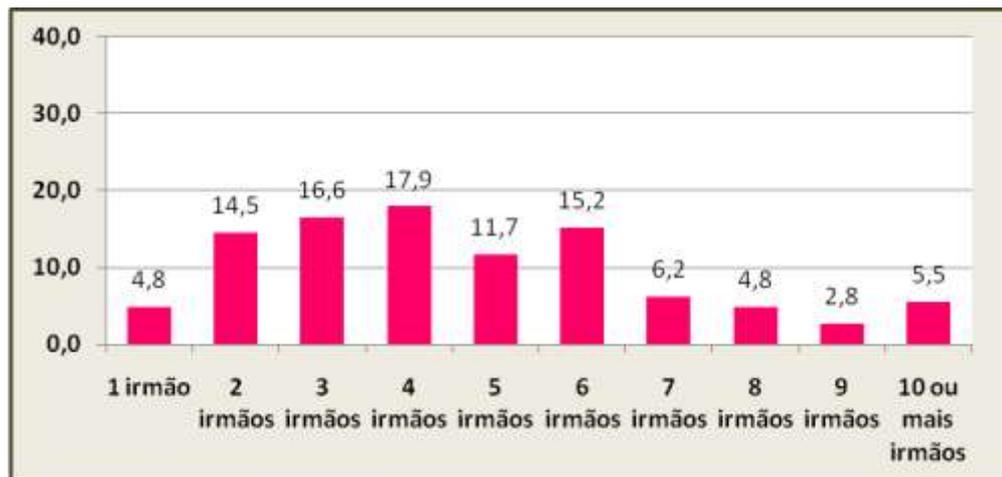
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 18. Jovens que possuem irmão (s) (%)



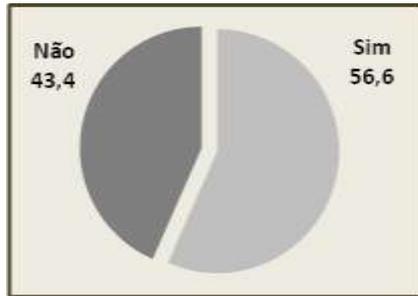
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 19. Quantidade de irmãos (%)



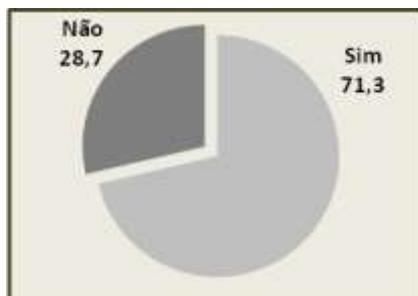
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 20. Jovens que residem com companheiro/conjuge



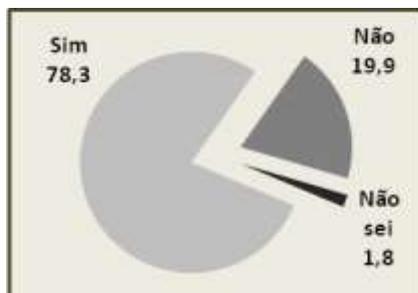
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 21. Posse de filhos (%)



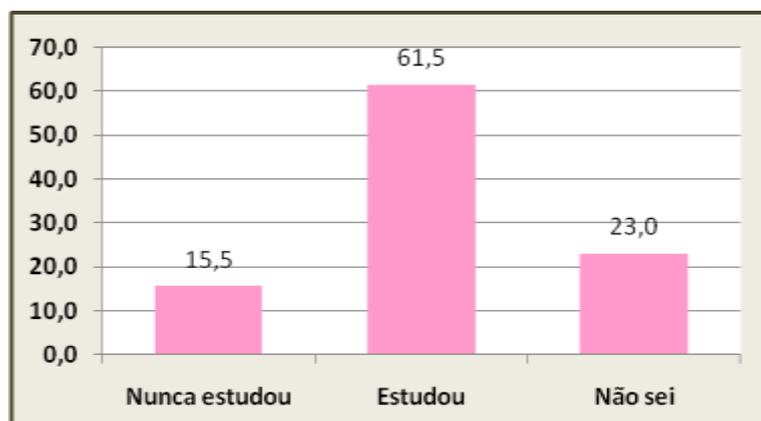
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 22. Mãe sabe ler e escrever (%)



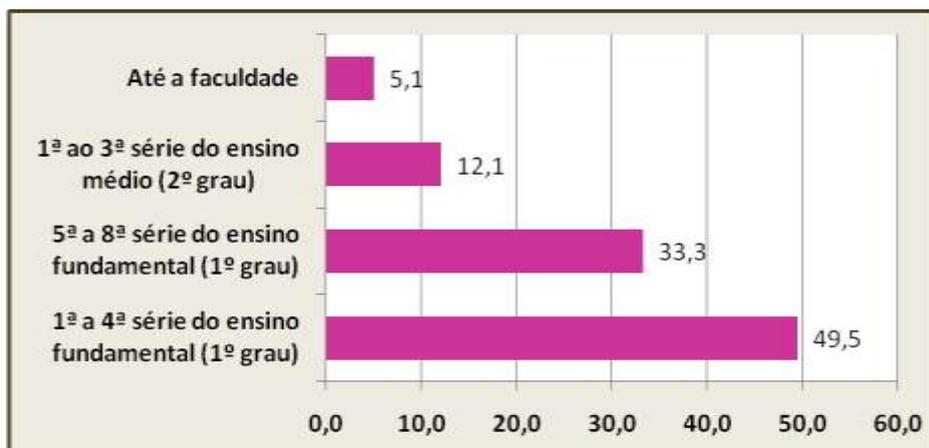
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 23. Escolaridade da mãe (%)



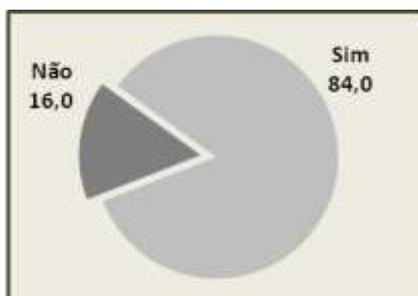
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 24. Grau de escolaridade da mãe (%)



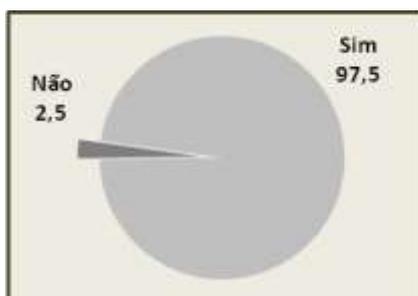
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 25. Posse de celular (%)



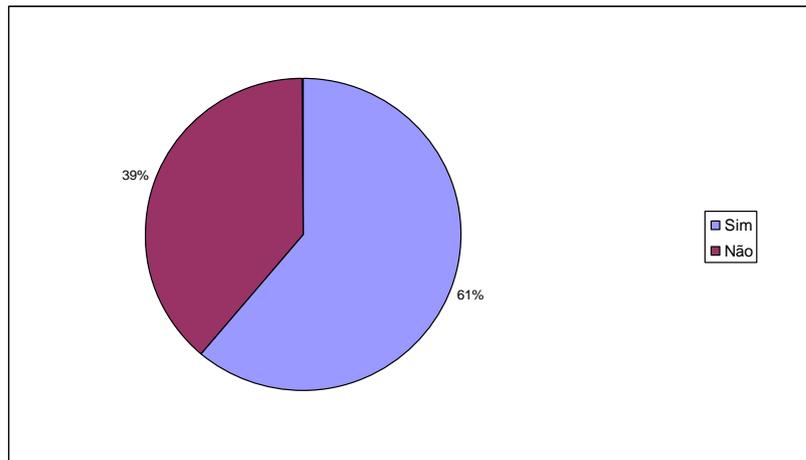
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 26. Posse de eletrodoméstico em sua residência, geladeira (%)



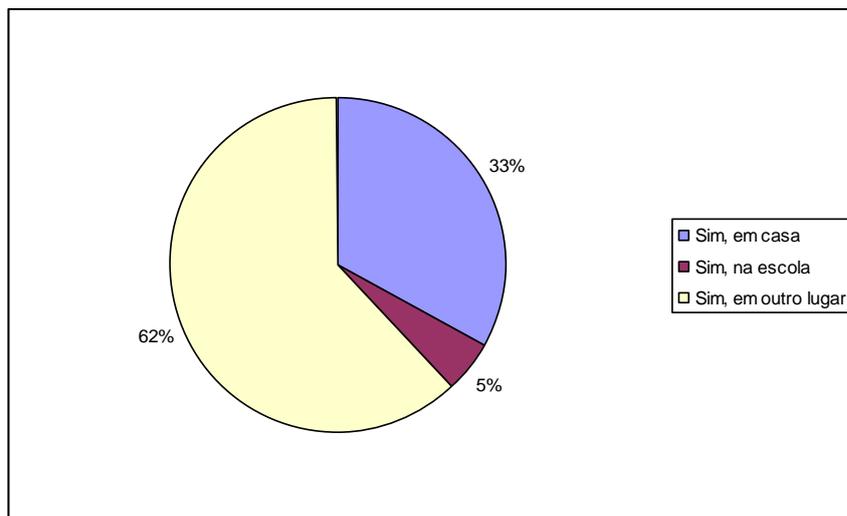
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 27 - Acesso a internet



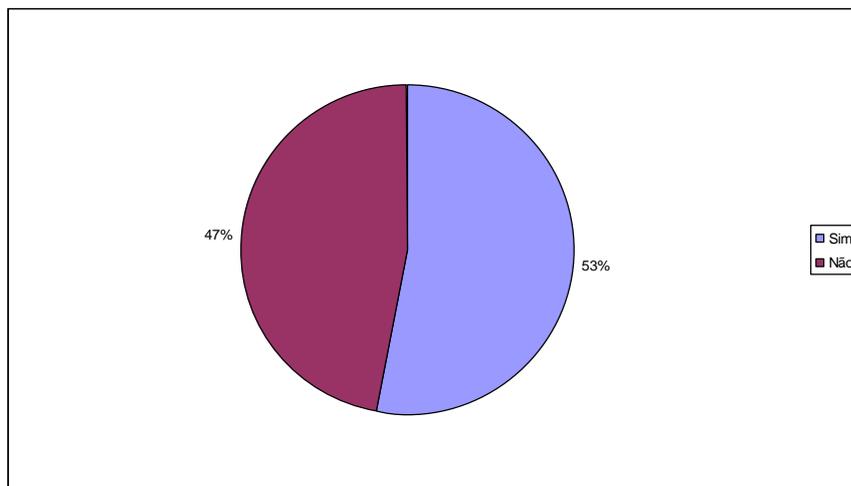
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 27a - Acesso a internet



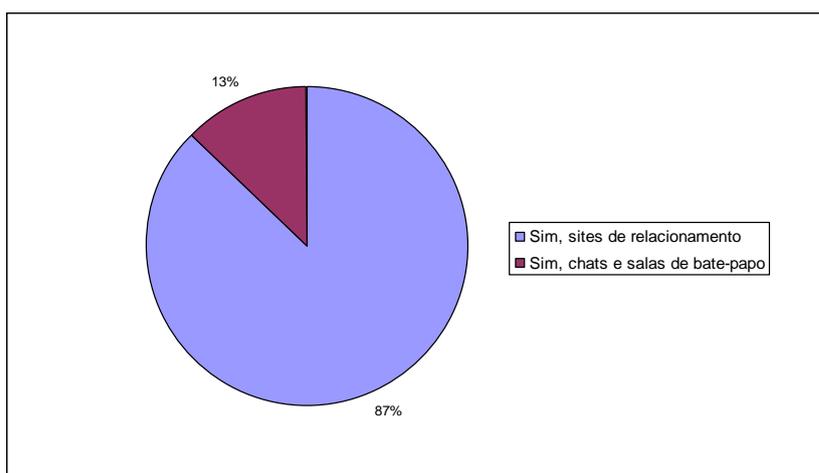
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 28 - Participação em comunidades virtuais



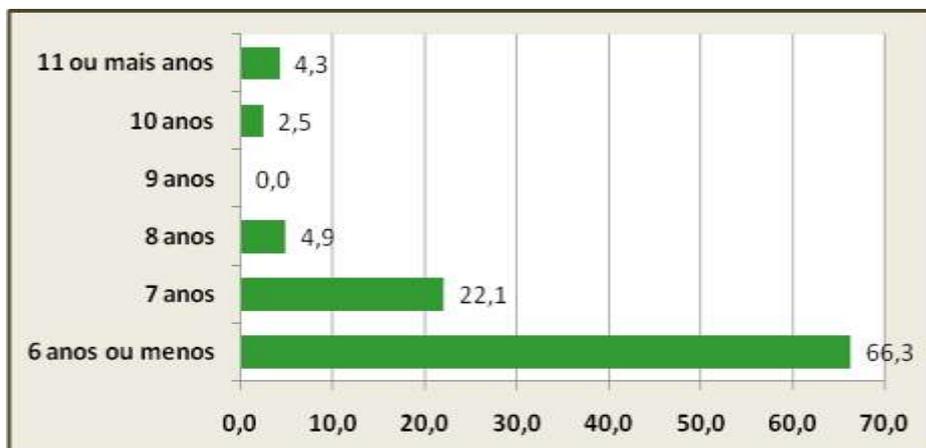
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 28a - Participação em comunidades virtuais



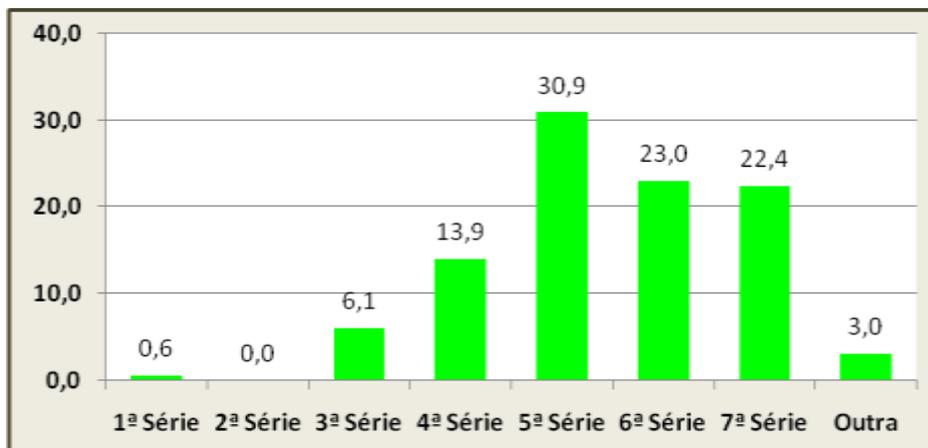
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 29. Idade que entrou na escola (%)



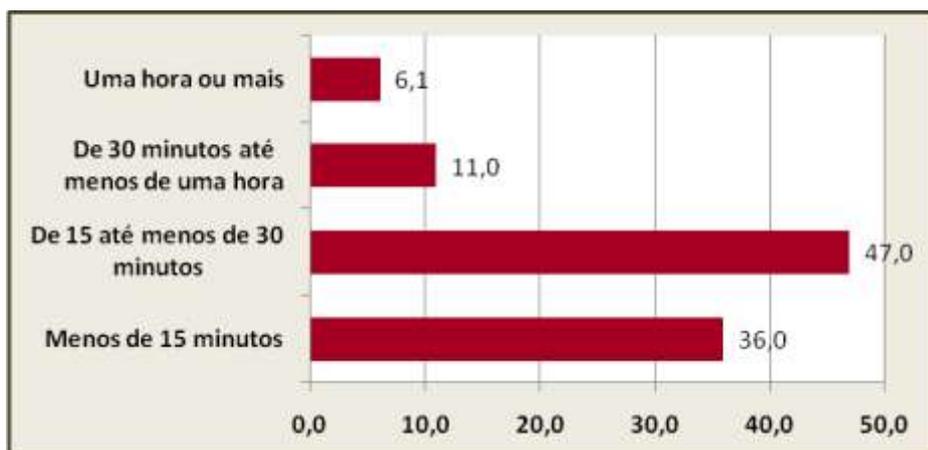
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 30. Última série do Ensino Fundamental concluída com aprovação (%)



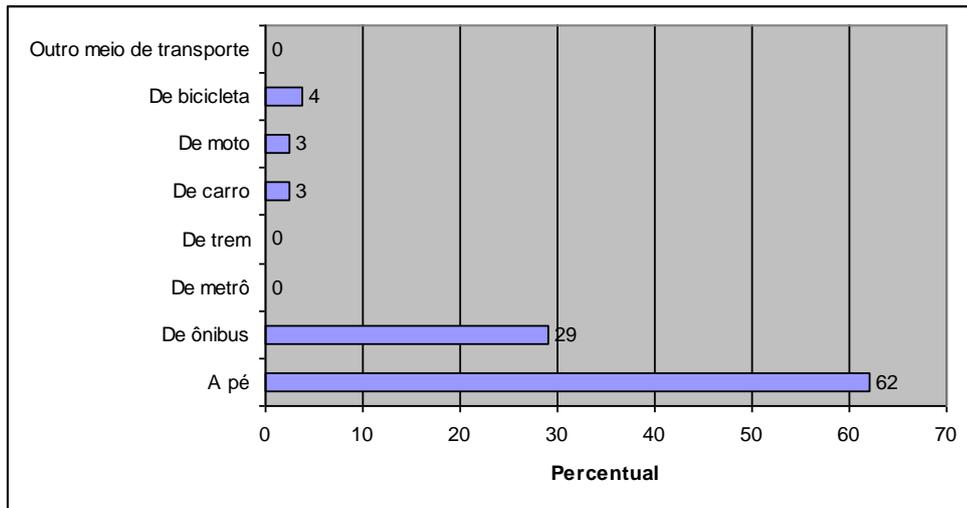
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 31. Tempo de deslocamento entre a residência do aluno e o núcleo (%)



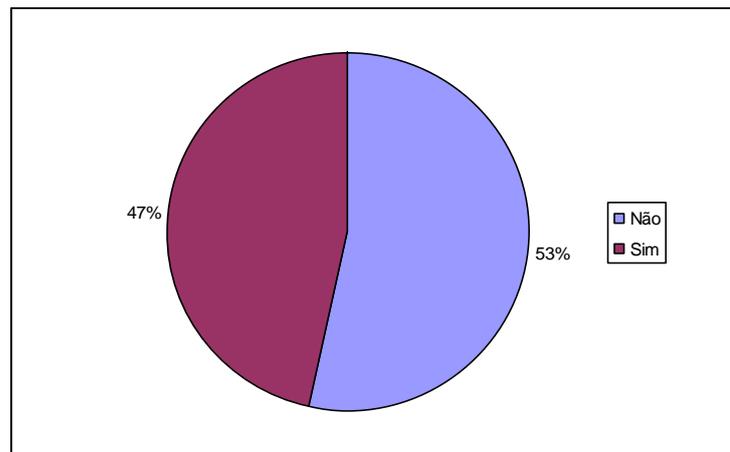
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 32 - Deslocamento para as aulas do PROJOVEM



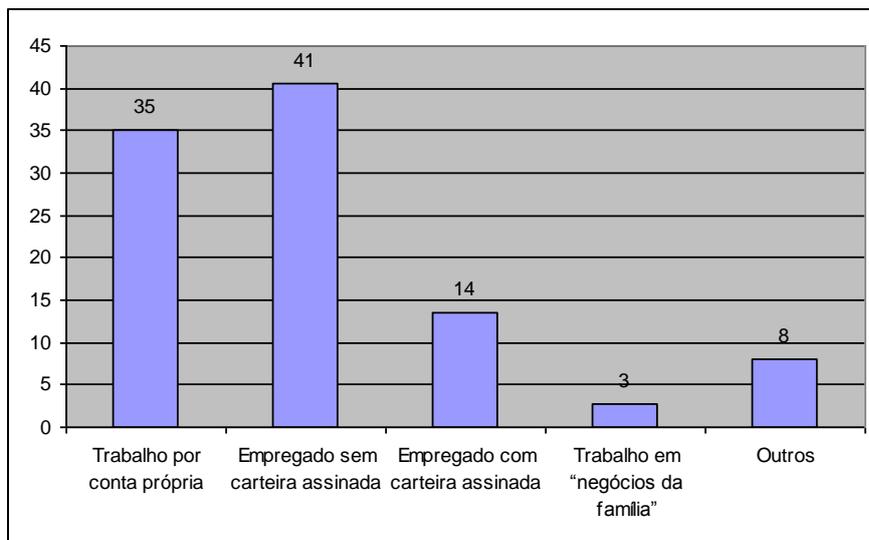
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 33 – Realiza trabalho remunerado



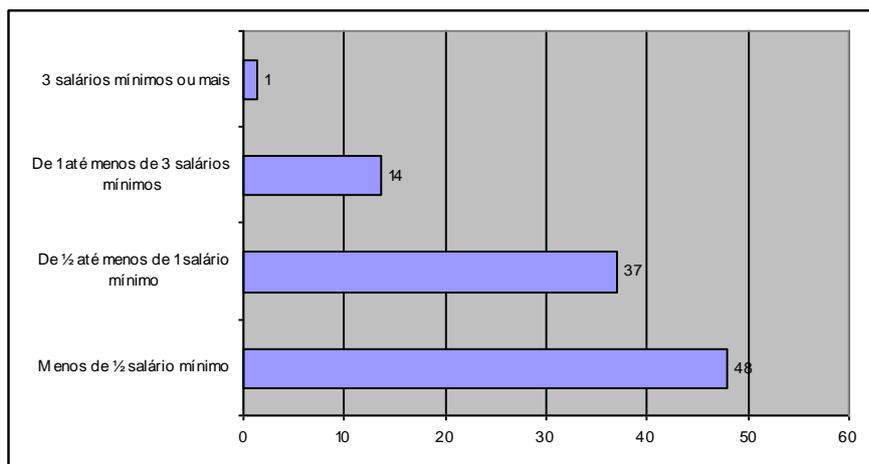
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 33a – Realiza trabalho remunerado



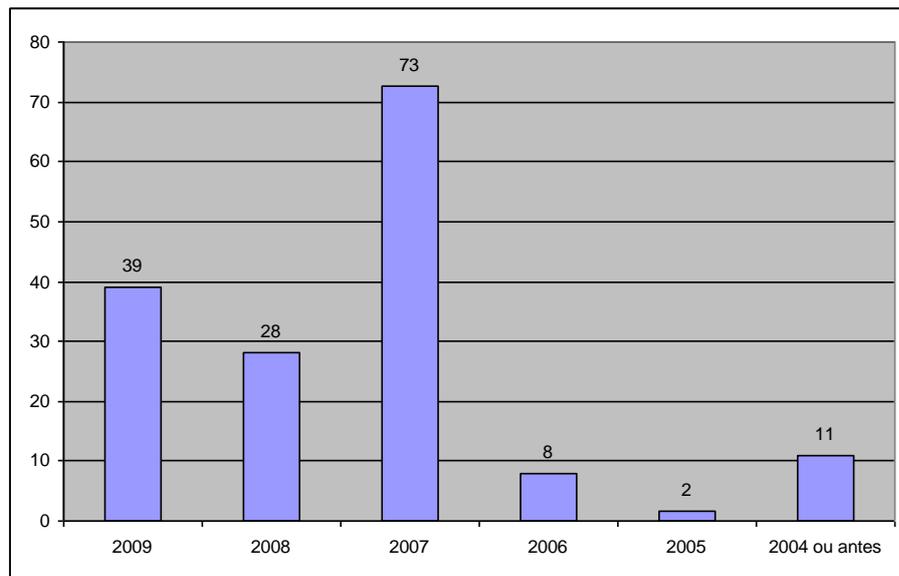
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 34 – Salário aluno que trabalha



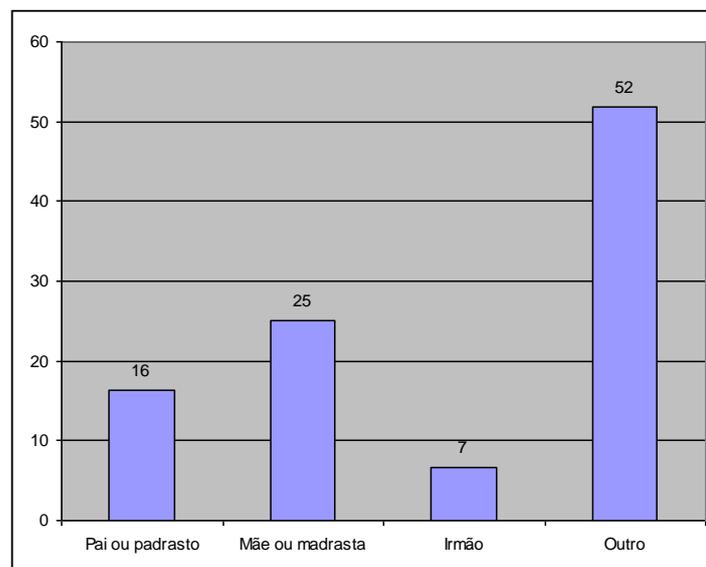
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 35 – Desde quando não exerce atividade remunerada?



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 36 – Membros da família que recebem remuneração



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 37 – Renda Mensal Familiar

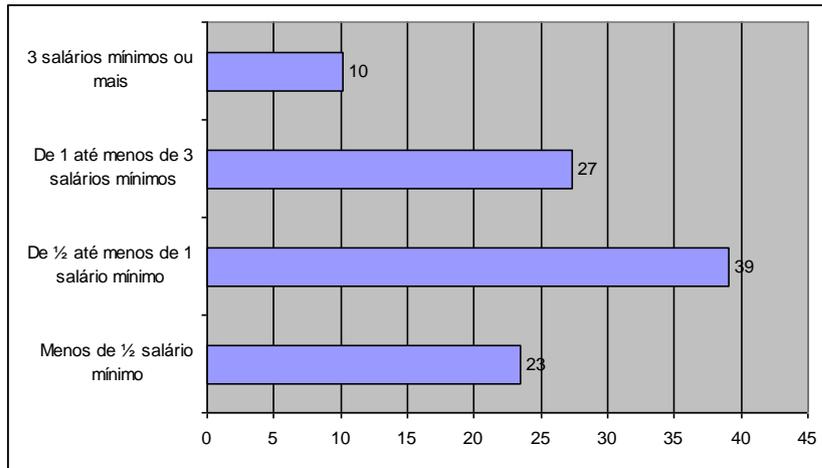
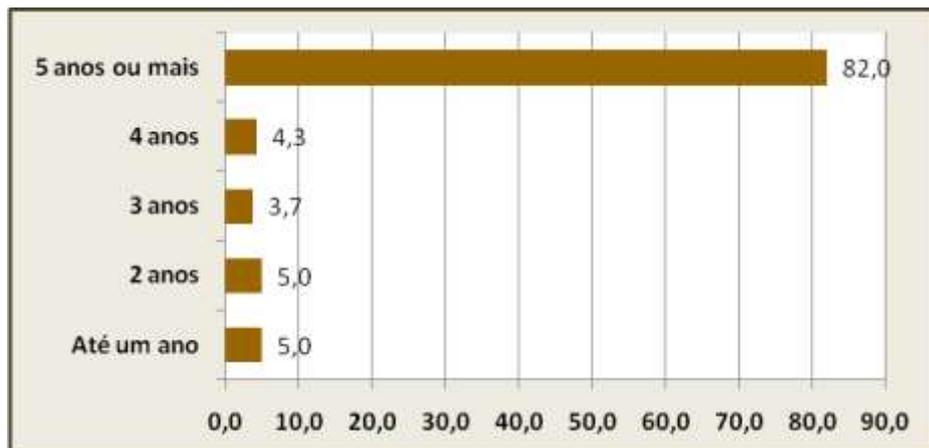
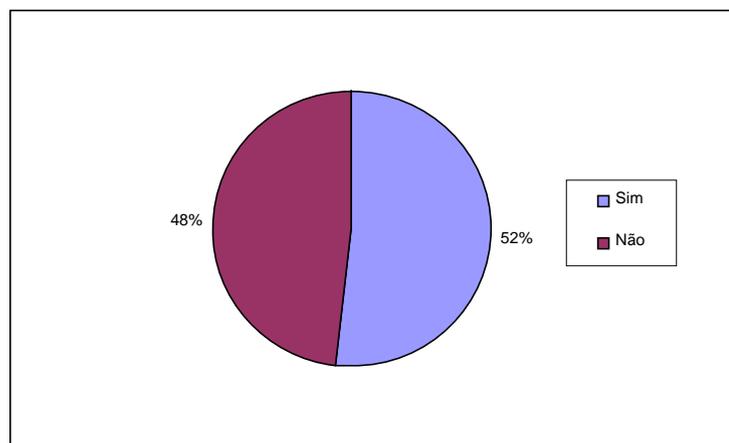


Gráfico 38. Período que reside no município atual (%)



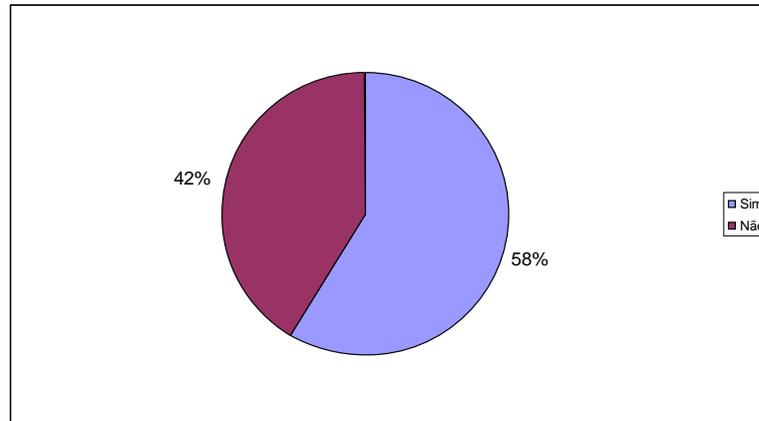
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 39 - Recebimento de outros auxílios públicos



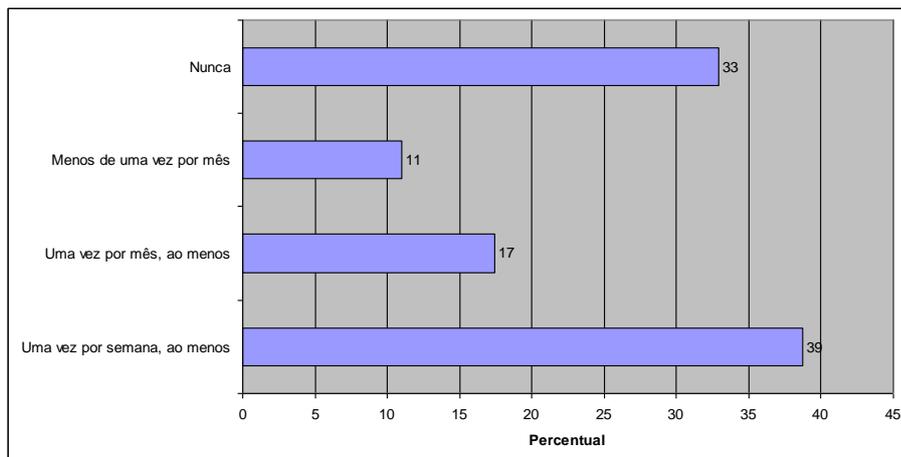
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 40 – Ter religião



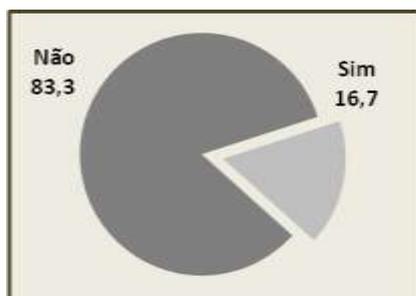
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 41 - Freqüência a missa ou outro culto religioso



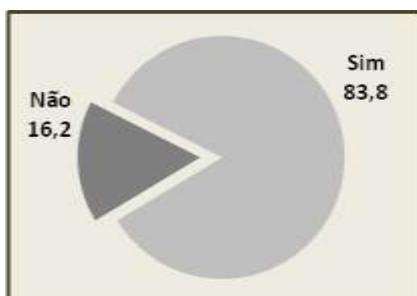
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 42. Exercício de trabalho voluntário em instituições (%)



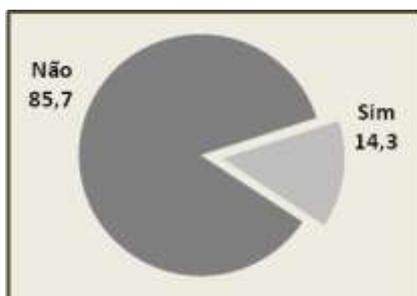
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 43. Recebimento da bolsa auxílio do PROJOVEM (%)



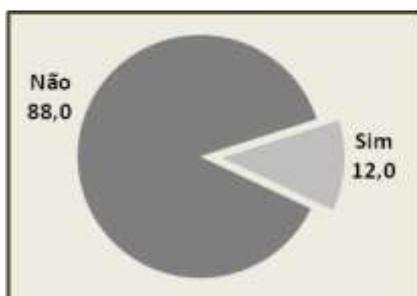
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 44. Relação dos alunos com familiares por estar recebendo a bolsa auxílio (%)



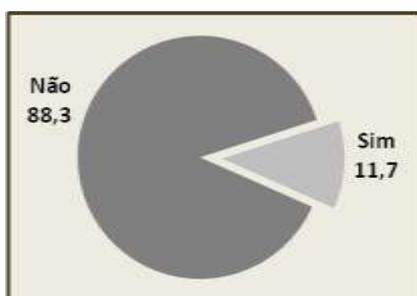
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 45. Relação dos alunos com amigos por estar recebendo a bolsa auxílio (%)



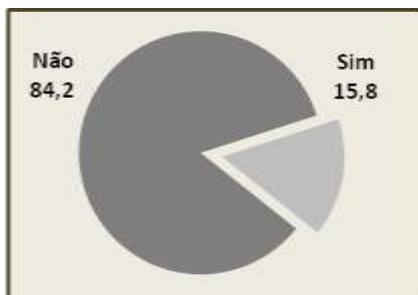
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 46. Investimento com a bolsa auxílio (%)



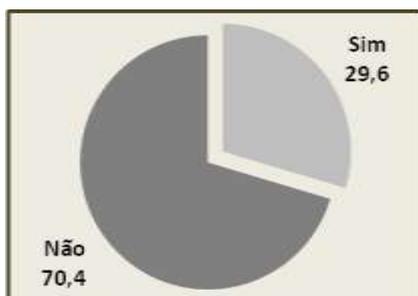
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 47. Utilização da bolsa auxílio com transporte para ir a aula do Projovem (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Gráfico 48. Utilização da bolsa auxílio com alimentação para estar na aula do Projovem (%)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Anexo II:
Questionário de Pesquisa

1 Sexo:

Masculino Feminino

2 – Qual a sua idade?

_____ anos completos

3 - Você se considera:

Branco(a)

Pardo(a)

Negro(a)

Amarelo(a)

Indígena

Não sabe. Prefere não responder

4 – Qual a última série do Ensino Fundamental que você concluiu, SENDO APROVADO?

Nenhuma

1ª Série

2ª Série

3ª Série

4ª Série

5ª Série

6ª Série

7ª Série

Outra

5 – Quantas pessoas moram em sua casa (contando com você)?

Até três pessoas

Quatro pessoas

Cinco pessoas

Seis pessoas

Sete pessoas

Oito ou mais pessoas

6 – Você mora com seu pai?

Sim Não

7 – Você mora com sua mãe?

Sim Não

8 – Você mora com cônjuge ou companheiro (a)?

Sim Não

9 - Você tem quantos irmãos ou irmãs?

10 – Você tem filhos?

Sim Não

11 – Caso sim, quantos?

12 – Sua mãe sabe ler e escrever?

Sim Não Não sei

13 – Até que série sua mãe estudou?

Nunca estudou

1ª a 4ª série do ensino fundamental (1º grau)

5ª a 8ª série do ensino fundamental (1º grau)

1ª ao 3ª série do ensino médio (2º grau)

- () Até a faculdade
 () Não sei

14 – A rua em que você mora tem calçamento?

- () Sim () Não

15 – Você tem celular?

- () Sim () Não

16 - Em sua casa existem:

	Sim	Não
Geladeira		
TV a cores		
Celular		
Automóvel		
Computador		
Impressora		

17 – Possui acesso a internet? (Marque as opções que achar adequadas)

- () Não (Pule para a questão 19)
 () Sim, em casa
 () Sim, na escola
 () Sim, em outro lugar (lan house, associação, casa de amigo, etc)

18 – Faz parte de comunidades virtuais na internet? (Marque as opções que achar adequadas)

- () Não
 () Sim, sites de relacionamento (Orkut, Facebook, etc)

- () Sim, chats e salas de bate papo (MSN, Skype, etc)

19 – Com quantos anos você entrou na escola?

- () 6 anos ou menos
 () 7 anos
 () 8 anos
 () 9 anos
 () 10 anos
 () 11 ou mais anos

20 – Quantas vezes você começou a estudar e parou antes do final do ano?

Nenhuma vez

- () 1 vez
 () 2 vezes
 () 3 vezes
 () 4 vezes
 () 5 ou mais vezes

21 – Quantas vezes você foi reprovado (a)?

Nenhuma vez

- () 1 vez
 () 2 vezes
 () 3 vezes
 () 4 vezes
 () 5 ou mais vezes

22 – Quanto tempo você demora para vir de sua casa a este Núcleo?

- () Menos de 15 minutos
 () De 15 até menos de 30 minutos
 () De 30 minutos até menos de uma hora

Uma hora ou mais

23 – Como você vem para as aulas do PROJOVEM?

A pé

De ônibus

De metrô

De trem

De carro

De moto

De bicicleta

Outro meio de transporte

24 – Você realiza algum trabalho remunerado atualmente?

Não (Pule para a questão 27)

Trabalho por conta própria

Empregado sem carteira assinada

Empregado com carteira assinada

Trabalho em “negócios da família”

Outros

25 – Caso sim, qual seu cargo ou função no trabalho?

26 – Qual renda mensal você recebe geralmente nesse trabalho?

Menos de ½ salário mínimo (menos de R\$ 255,00)

De ½ até menos de 1 salário mínimo (menos de R\$ 510,00)

De 1 até menos de 3 salários mínimos (entre R\$510,00 e menos de R\$ 1.530,00)

3 salários mínimos ou mais

(R\$ 1.530,00 ou mais)

27 – Caso você não esteja desenvolvendo alguma atividade remunerada, quando foi a última vez?

Nunca tive atividade remunerada

2009

2008

2007

2006

2005

2004 ou antes

28 – Quem, além de você, na sua casa, recebe remuneração (ativo ou aposentado)?

Pai ou padrasto

Mãe ou madrasta

Irmão. Quantos? _____

Outro. Quantos? _____

29 - Qual renda mensal somando estas remunerações (sem contar com a bolsa do PROJOVEM)?

Menos de ½ salário mínimo (menos de R\$ 255,00)

De ½ até menos de 1 salário mínimo (menos de R\$ 510,00)

De 1 até menos de 3 salários mínimos (entre R\$510,00 e menos de R\$ 1.530,00)

3 salários mínimos ou mais (R\$ 1.530,00 ou mais)

30 – Onde você nasceu?

Cidade: _____

Estado: _____

31 – Há quantos anos você mora nesse município?

- Até um ano
 2 anos
 3 anos
 4 anos
 5 anos ou mais

32 – Você ou sua família já recebeu alguma outra ajuda ou bolsa do governo, além do PROJOVEM?

- Sim. Qual? _____
 Não

33 – Você tem religião?

- Sim. Qual? _____
 Não

34 – Com que frequência você costuma ir a missa ou outro culto religioso?

- Uma vez por semana, ao menos
 Uma vez por mês, ao menos
 Menos de uma vez por mês
 Nunca

35 – Você já trabalhou como voluntário em alguma instituição?

- Sim Não

36 – Você recebe a bolsa auxílio do PROJOVEM regularmente (todos os meses)?

- Sim Não

37 – Você participaria do PROJOVEM caso não existisse a bolsa auxílio?

- Sim Não

38 – Você deixou de buscar um trabalho remunerado por receber a bolsa auxílio?

- Sim Não

39 – Sua relação com os familiares mudou por estar recebendo a bolsa auxílio?

- Sim Não

40 – Sua relação com os amigos mudou por estar recebendo a bolsa auxílio?

- Sim Não

41 - Como você utiliza a bolsa auxílio?

- Somente com as minhas necessidades
 Repasso todo o valor para minha família
 Divido parte para minhas necessidade e parte para minha família

42 – Como você gasta a bolsa auxílio?

- Lazer
 Educação
 Saúde

43 – Você faz algum tipo de poupança com a bolsa auxílio?

()Sim ()Não

44 – Você gasta a bolsa auxílio com transporte para ir a aula do PROJOVEM?

()Sim ()Não

45 – Você gasta a bolsa auxílio com alimentação para estar na aula do PROJOVEM?

()Sim ()Não

46 – Você acha que todos os estudantes de Ensino Fundamental e Médio deveriam receber uma bolsa auxílio para estudar?

()Sim ()Não

47 – Quanto você acha que deveria ser o valor ideal da bolsa auxílio?

ANEXO III
Transcrição das entrevistas

Ana Paula Santos Dias – 26 anos

Questionário:

1 – Qual o seu nome completo? Aceita participar da entrevista e que ela seja utilizada na pesquisa?

Sim.

2 – O que achou do PROJOVEM?

Pra mim foi ótimo, maravilhoso, hoje sinto falta. A gente acaba se tornando uma família, professores, todo mundo unido... Fiquei 10 anos sem estudar por causa do casamento. Com a morte do meu marido eu entrei no PROJOVEM. O meu marido morreu por causa de uma briga de futebol.

3 – Como é ser jovem em Belford Roxo?

Em Belford Roxo não tem muita coisa para os jovens. Eu moro em São João de Meriti, aqui em Belford Roxo é mais pobre. Os jovens jogam bola, soltam pipa, tem o tráfico, não querem estudar.

4 - Recebia a bolsa auxílio?

Sim.

5 – A bolsa foi um incentivo para participar? Faria o curso mesmo sem a bolsa?

Os R\$100,00 foram importantes porque muitos vieram por causa do dinheiro. Quando era época de prova a escola ficava cheia, em dia normal era vazio.

6 – Com o utilizava a bolsa? Gastava com a família? Todos os meses da mesma forma?

O dinheiro ajudou com meu filhos.

7 – O que mudou no seu dia-a-dia com a bolsa?

Não mudou nada.

8 – Acha que todo aluno do ensino fundamental e médio deveria receber a bolsa?

Não. Porque nem todo mundo vai para aprender. Nem todo mundo merecia.

9 – Trabalha? Qual o histórico profissional? Deixou de procurar trabalho por receber a bolsa?

Hoje só estudo. Fui promotora de vendas.

10 – Quais suas expectativas após o PROJOVEM?

Já estou estudando. Quero fazer tudo. Agora não paro mais. Quero fazer administração.

Jaqueline Ramos da Silva – 31 anos

Questionário:

1 – Qual o seu nome completo? Aceita participar da entrevista e que ela seja utilizada na pesquisa?

Sim

2 – O que achou do PROJOVEM?

Eu aproveitei a oportunidade porque por uma série de motivos não pude terminar os estudos. Parei por causa do câncer da minha mãe.

3 – Como é ser jovem em Belford Roxo?

Hoje tem áreas de lazer e cursos oferecidos. Mas os jovens tem que buscar. Na minha comunidade já vi vários jovens morrerem por conta do tráfico. De uns 7 anos para cá mudou muita coisa. Mesmo que o jovem tenha tudo se não tiver uma boa família não adianta.

4 - Recebia a bolsa auxílio?

Recebia.

5 – A bolsa foi um incentivo para participar? Faria o curso mesmo sem a bolsa?

Fui a aluna de maior frequência. Eu viria com a bolsa e sem a bolsa. Sei que várias pessoas vinham por causa dos R\$ 100,00. Não é o meu caso, tanto que recebi uma homenagem por ser a aluna de maior frequência, participava de tudo. Eu era líder de turma.

6 – Com o utilizava a bolsa? Gastava com a família? Todos os meses da mesma forma?

Os R\$ 100,00 era uma ajuda de custo. Mas eu tinha 29 anos. Tinha uns alunos com 17, 18, 19, 20 anos que vinham só pelos R\$ 100,00 e que não vão voltar a estudar. Eu estou fazendo o 1º ano do Ensino Médio e depois fazer o ENEM. Eu gostaria de fazer psicologia ou trabalhar com o público.

Com a bolsa eu comprava caneta, caderno, material para artesanato. Já paguei passagem porque nas férias (escolares) os ônibus não deixavam a gente entrar.

7 – O que mudou no seu dia-a-dia com a bolsa?

O PROJOVEM me fez voltar a estudar.

8 – Acha que todo aluno do ensino fundamental e médio deveria receber a bolsa?

Não. Quando eu estudava, antes do PROJOVEM, nunca tive bolsa. Essa bolsa foi um incentivo mas se repetir de ano não recebe mais.

9 – Trabalha? Qual o histórico profissional? Deixou de procurar trabalho por receber a bolsa?

Sou diarista.

10 – Quais suas expectativas após o PROJOVEM?

Pretendo terminar o Ensino Médio e fazer o ENEM.

Mariana da Silva Cruz – 23 anos

Questionário:

1 – Qual o seu nome completo? Aceita participar da entrevista e que ela seja utilizada na pesquisa?

Sim.

2 – O que achou do PROJOVEM?

Foi bom. Os professores me ajudaram bastante. Teve muita gente que desistiu mas os professores não me deixavam desistir nunca. Ligavam. Mandavam e-mail. Meu irmão faleceu na época em que eu estava fazendo o curso. Pensei em desistir mas os professores insistiam pra eu continuar.

3 – Como é ser jovem em Belford Roxo?

Complicado... Assim, não tem muita oportunidade de nada. O que tem em Belford Roxo é bar e eu não gosto de ficar em bares.

4 - Recebia a bolsa auxílio?

Sim. Aqui a gente chama de benefício.

5 – A bolsa foi um incentivo para participar? Faria o curso mesmo sem a bolsa?

Sim foi um incentivo mas mesmo sem ela eu faria o curso. Tem outros PROJOVENS (jovens de outros núcleos) que quando tinha campeonato de futebol falavam mal do curso. A gente não, falava bem do nosso.

6 – Com o utilizava a bolsa? Gastava com a família? Todos os meses da mesma forma?

Eu ajudava minha cunhada com o dinheiro. As vezes eu via as crianças sem nada. Quando não ajudava eu usava o dinheiro pra comprar alguma coisa. Meu pai trabalha num caminhão, viajava pra caramba e eu não achava legal ficar pedindo dinheiro a ele.

7 – O que mudou no seu dia-a-dia com a bolsa?

Não mudou muito. O que mudou é que quando dava pra eu ajudar, tinha aquele dinheiro. Quando a gente ajuda muda um pouco. Sempre tive um bom relacionamento com minha cunhada.

8 – Acha que todo aluno do ensino fundamental e médio deveria receber a bolsa?

Acho que não. Você tem que estudar porque é preciso e não porque vai receber uma bolsa. Se fosse pra estudar em período integral até valeria a pena mas meio período as pessoas devem procurar um trabalho. Eu trabalhava em casa de família mas parei.

9 – Trabalha? Qual o histórico profissional? Deixou de procurar trabalho por receber a bolsa?

Hoje não trabalho. Já trabalhei em casa de família, numa academia, numa padaria. Continuei procurando emprego mesmo após a entrada no PROJOVEM. Meu pai trabalha e minha mãe não trabalha. Quando meu irmão morreu resolvi ajudar meu pai.

10 – Quais suas expectativas após o PROJOVEM?

Quero continuar os estudos. Já estou estudando no Ensino Médio.

Monique da Silva Jardim – 26 anos

Questionário:

1 – Qual o seu nome completo? Aceita participar da entrevista e que ela seja utilizada na pesquisa?

Sim

2 – O que achou do PROJOVEM?

Ótimo. Para o crescimento, o amadurecimento. Não tenho do que reclamar. Os professores, a escola, tudo ótimo.

3 – Como é ser jovem em Belford Roxo?

Pra quem quer tem opções de atividade. Casa da Cultura, Vila Olímpica. Pra quem quer curtir a noite não tem nada. Muito tráfico.

4 - Recebia a bolsa auxílio?

Recebia.

5 – A bolsa foi um incentivo para participar? Faria o curso mesmo sem a bolsa?

Mesmo sem a bolsa, faria o curso. Ela ajudou.

6 – Com o utilizava a bolsa? Gastava com a família? Todos os meses da mesma forma?

Eu tenho 3 filhos. Usava o dinheiro dentro de casa. Nas minhas coisas e dos meus filhos.

7 – O que mudou no seu dia-a-dia com a bolsa?

Por eu não trabalhar, sabia que todo mês teria aquilo. Tava ali na minha conta todo mês.

8 – Acha que todo aluno do ensino fundamental e médio deveria receber a bolsa?

Não. Porque muitos alunos não vinham para estudar e sim pela bolsa. Se não tivesse a bolsa ou eles se esforçariam mais nos estudos ou nem viessem para o PROJOVEM.

9 – Trabalha? Qual o histórico profissional? Deixou de procurar trabalho por receber a bolsa?

Com 3 filhos não tenho como não trabalhar, sustentar uma casa com R\$ 100,00. Hoje não estou trabalhando. Já trabalhei numa distribuidora de bebidas por 9 meses. Eu comecei o PROJOVEM desempregada e depois de 9 meses arrumei um trabalho. Saí porque há 3 meses ganhei neném. Não era registrado, perdi todos os direitos.

10 – Quais suas expectativas após o PROJOVEM?

Estou fazendo o 1º ano de técnico em enfermagem e pretendo seguir... fazer a faculdade de enfermagem. Um dos professores serviu de referência e me incentivou a seguir na área de saúde.

Rafael de Jesus – 25 anos

Questionário:

1 – Qual o seu nome completo? Aceita participar da entrevista e que ela seja utilizada na pesquisa?

Sim.

2 – O que achou do PROJOVEM?

O PROJOVEM foi excelente. Deu oportunidade pra estágio, tem uma remuneração, uma ajudazinha também que eles dão. No meu caso eu vim porque estava precisando do estudo. Eu fiz o ensino fundamental completo. Quando eu passei para o Ensino Médio faltava uns documentos mas a escola que eu estudei veio a fechar. Corri com processo atrás do MEC, levei um ano e meio nesta história. Aí apareceu o PROJOVEM, pra que tem o fundamental ou está concluindo o fundamental. No ano em que eu estava com o processo no MEC tinha PROJOVEM em Nova Iguaçu. Depois abriu em Belford Roxo. Mas na verdade eu moro em Nova Iguaçu.

3 – Como é ser jovem em Belford Roxo?

Jovem é jovem... Aquela visão padrão, que todo mundo tem, gosta de curtir, de sair. Tem a pracinha, quando sai da escola não vai nem pra casa fica na praça, com seu grupo trocando uma idéia.

4 - Recebia a bolsa auxílio?

Sim.

5 – A bolsa foi um incentivo para participar? Faria o curso mesmo sem a bolsa?

Não fazia diferença receber.

6 – Com o utilizava a bolsa? Gastava com a família? Todos os meses da mesma forma?

Usava no dia a dia. Pagava passagem, nem sempre usava o uniforme do colégio. É difícil, correndo de um lado para o outro. Pra não chegar atrasado na aula pagava outro ônibus. As vezes pagava um gás, ajudava na luz.

7 – O que mudou no seu dia-a-dia com a bolsa?

A bolsa foi um algo a mais. Não vim com a intenção dela mas ajudou. Agregou um pouco mais na minha renda. Já podia fazer uma coisinha a mais por causa dela. Já podia comprar uma ajudar um pouco a mais em casa.

8 – Acha que todo aluno do ensino fundamental e médio deveria receber a bolsa?

Isso é relativo. Depende. Porque querendo ou não fica muito aluno aqui interessado só nesses R\$ 100,00. Começou com uns 250 alunos, a escola tava cheia. Com decorrer do tempo foram sumindo. Depois uns sumiam por sumir, outros conseguiam trabalho ficava mais difícil, outras viraram mães e tinha muito aluno só interessado no dinheiro.

Não vou negar que seria bom que tivesse. Se colocarem no Fundamental e no Médio não adianta que sobe... Dinheiro todo mundo quer. Sem ter não conseguem evoluir, com dinheiro... Com dinheiro ele vai ter pra gastar... Pra alguns pode ser importante.

9 – Trabalha? Qual o histórico profissional? Deixou de procurar trabalho por receber a bolsa?

Trabalho na Hermes Compra Fácil. Já trabalhava lá durante o PROJOVEM. Já trabalhei como autônomo fazendo bico. Já trabalhei na rede Chevrolet auxiliando a mecânica.

10 – Quais suas expectativas após o PROJOVEM?

To pensando em fazer esse ano auto-escola. Tenho a moto em casa mas não tenho a habilitação. Também fazer um concurso público. Correios eu acho legal. Ganhar mais do que eu ganho sem perturbação do chefe e a cesta básica.